

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEONARDO BRANDAO DOS SANTOS

**EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO
BRASIL PÓS-PLANO REAL**

Porto Alegre

2016

LEONARDO BRANDAO DOS SANTOS

**EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO
BRASIL PÓS-PLANO REAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ernani Lima

Porto Alegre

2016

LEONARDO BRANDAO DOS SANTOS

**EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO
BRASIL PÓS-PLANO REAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 28 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Ernani Lima - Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Marcilene Aparecida Martins
UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Conceição
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Neusa e ao Mário, meus pais, pelo permanente incentivo para lograr esta realização.

Agradeço ao Professor Antonio Lima por ter aceito o convite para orientar este trabalho, pelas proveitosas aulas de Economia Monetária e pela orientação prestada com suas indispensáveis sugestões e observações.

Agradeço aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS pela dedicação na formação dos discentes, em especial à Professora Marcilene Martins e ao Professor Octavio Conceição – membros desta estimada banca – pelas inesquecíveis aulas.

Agradeço a Deus por sempre crer que os obstáculos da vida devem ser superados e por não desistir dos objetivos.

A todos que fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo comparar o comportamento de variáveis que compõem a política econômica no ano referente à eleição presidencial de 1998, 2002, 2006 e 2010 no Brasil, além dos três anos subsequentes a estas eleições, para verificar as diferenças no desempenho da economia em cada eleição e na transição dos mandatos. O trabalho busca, também, confirmar ou não a hipótese de que a situação da economia no Brasil durante um governo, sobretudo nos anos eleitorais, afeta o resultado da eleição seguinte. Para comparar o comportamento da política econômica nos períodos citados, será analisada a taxa de câmbio, a taxa de juros, a inflação, o Produto Interno Bruto e a taxa de desemprego, ao abrigo da teoria dos ciclos político-econômicos. A pesquisa realizada neste trabalho permite inferir que a situação da economia durante o ano eleitoral e nos anos anteriores ao pleito influi diretamente sobre o resultado da eleição. O cenário da economia nos pleitos de 1998, 2006 e 2010 colaborou para a manutenção do projeto político que estava encerrando o mandato durante a eleição, enquanto o cenário da economia no pleito de 2002 foi determinante para a derrota do partido do governo naquele ano.

Palavras-chave: Câmbio. Desemprego. Juros. Inflação. PIB. Política econômica.

ABSTRACT

This study aims to compare the behavior of variables that make up the economic policy in the year related to the presidential election of 1998, 2002, 2006 and 2010 in Brazil, in addition to three years to these elections, to see the differences in economic performance in each election and transition of mandates. The work also seeks to confirm or not the hypothesis that the situation of the economy during a government, especially in election years, affects the outcome of the next election. To compare the behavior of economic policy in those periods will be considered the exchange rate, interest rate, inflation, gross domestic product, the unemployment rate, under the theory of political and economic cycles. The research in this paper allows us to infer that the state of the economy during the election year and in the years prior to the election directly influences the outcome of the election. The scenario of the economy in 1998 elections, 2006 and 2010 contributed to the maintenance of the political project that was closing the office during the election while the scenario of the economy in the 2002 elections was crucial to the ruling party's defeat that year.

Keywords: Exchange. Unemployment. Interest. Inflation. GDP. Economic policy.

.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (1998).....	24
Gráfico 2 – Meta e taxa de juros Selic (1998)	25
Gráfico 3 – Variação percentual mensal do IPCA (1998).....	26
Gráfico 4 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (1998).....	26
Gráfico 5 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (1998)	27
Gráfico 6 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2002).....	30
Gráfico 7 – Meta e taxa de juros Selic (2002)	31
Gráfico 8 – Variação percentual mensal do IPCA (2002).....	32
Gráfico 9 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2002).....	32
Gráfico 10 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2002)	33
Gráfico 11 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2006).....	36
Gráfico 12 – Meta e taxa de juros Selic (2006)	37
Gráfico 13 – Variação percentual mensal do IPCA (2006).....	38
Gráfico 14 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2006).....	38
Gráfico 15 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2006)	39
Gráfico 16 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2010).....	42
Gráfico 17 – Meta e taxa de juros Selic (2010)	43
Gráfico 18 – Variação percentual mensal do IPCA (2010).....	44
Gráfico 19 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2010).....	44
Gráfico 20 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2010)	45
Gráfico 21 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (1999 a 2001).....	48
Gráfico 22 – Meta e taxa de juros Selic (1999 a 2001)	50
Gráfico 23 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (1999 a 2001)...	51
Gráfico 24 – Taxa de desocupação (%) - PME (1999 a 2001).....	51

Gráfico 25 – Regime de metas de inflação durante o Governo FHC II (1999-2002) .	52
Gráfico 26 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2003 a 2005).....	54
Gráfico 27 – Meta e taxa de juros Selic (2003 a 2005)	55
Gráfico 28 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2003 a 2005)...	56
Gráfico 29 – Taxa de desocupação (%) - PME (2003 a 2005).....	57
Gráfico 30 – Regime de metas de inflação durante o Governo Lula I (2003 a 2006)	57
Gráfico 31 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2007 a 2009).....	59
Gráfico 32 – Meta e taxa de juros Selic (2007 a 2009)	60
Gráfico 33 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2007 a 2009)...	60
Gráfico 34 – Taxa de desocupação (%) - PME (2007 a 2009).....	61
Gráfico 35 – Regime de metas de inflação durante o Governo Lula II (2007 a 2010)	62
Gráfico 36 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2011 a 2013).....	64
Gráfico 37 – Meta e taxa de juros Selic (2011 a 2013)	64
Gráfico 38 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2011 a 2013)...	65
Gráfico 39 – Taxa de desocupação (%) - PME (2011 a 2013).....	66
Gráfico 40 – Regime de metas de inflação (2011 a 2013)	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da eleição presidencial de 1998	23
Tabela 2 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (1998)	25
Tabela 3 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (1998)	27
Tabela 4 – Resultado da eleição presidencial de 2002 no primeiro turno	29
Tabela 5 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2002)	31
Tabela 6 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2002)	33
Tabela 7 – Resultado da eleição presidencial de 2006 no primeiro turno	35
Tabela 8 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2006)	37
Tabela 9 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2006)	39
Tabela 10 – Resultado da eleição presidencial de 2010 no primeiro turno	41
Tabela 11 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2010)	43
Tabela 12 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2010)	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	VISÃO TEÓRICA DAS VARIÁVEIS ANALISADAS	13
2.1	Teoria dos ciclos político-econômicos	13
2.2	Taxa de câmbio	16
2.3	Taxa de juros	17
2.4	Variação do PIB e taxas de desemprego.....	18
2.5	Índice de preços e regime de metas de inflação.....	20
3	EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES.....	22
3.1	Eleição de 1998	22
3.2	Eleição de 2002	28
3.3	Eleição de 2006	34
3.4	Eleição de 2010	40
4	EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NOS PERÍODOS PÓS-ELEITORAIS	
	46	
4.1	Governo FHC II.....	46
4.2	Governo Lula I	53
4.3	Governo Lula II	58
4.4	Governo Dilma I	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Do Plano Real até hoje, o Brasil teve três presidentes eleitos e reeleitos: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os presidentes tomaram decisões que afetaram a política econômica, especialmente durante os anos eleitorais. O governante, seja de que partido for, busca incentivos para forçar uma política econômica favorável aos seus objetivos eleitorais.

Apesar das duas principais forças políticas brasileiras – Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – se distinguirem no discurso eleitoral, há reconhecida similaridade na maneira em que foi gerida a política econômica nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo no primeiro mandato de Lula.

A mudança de governo, em 2003, não mudou substancialmente a política econômica. Um exemplo claro é que o governo do PT, recém-empossado, nomeou Henrique Meirelles, banqueiro e então deputado eleito pelo PSDB, para presidir o Banco Central. Outro detalhe é que o tripé macroeconômico foi mantido com a mudança de polo partidário. O dólar valorizou-se bruscamente durante a eleição e a transição de governo entre 2002 e 2003, todavia este movimento não se repetiu na transição entre 1998 e 1999 e entre 2010 e 2011.

Em 1994, no governo do ex-presidente Itamar Franco (1992-1994), foi instituído o *Plano Real*, peça-chave da campanha de Fernando Henrique Cardoso, que recém tinha deixado o Ministério da Fazenda. Com a nova moeda, a economia norteou estabilidade e deixou no passado a hiperinflação, que não conseguiu ser extirpada pelos antecessores José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992), cujos governos foram marcados por planos econômicos fracassados.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 1998 e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito em 2006, porém apenas o segundo conseguiu eleger a sucessora. Considerando este aspecto, o presente trabalho tem por objetivo comparar o comportamento da economia brasileira durante o ano eleitoral de 1998, o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2009) e os três primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2013), além de

analisar se a situação da economia durante os governos FHC e Lula afetou o resultado da eleição de 1998, 2002, 2006 e 2010.

Para buscar responder as indagações apresentadas, o presente trabalho é dividido em três capítulos, mais a introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo, será abordada a visão teórica dos ciclos político-econômicos e das variáveis escolhidas para serem analisadas (taxa de câmbio, taxa de juros, variação do PIB, taxa de desemprego e controle dos preços). No segundo capítulo, será apresentado o comportamento da política econômica, com foco nas variáveis citadas anteriormente, nos anos eleitorais de 1998, 2002, 2006 e 2010. No terceiro capítulo, será analisado o comportamento da política econômica durante os três anos subsequentes aos pleitos, com a intenção de comparar o comportamento da economia nos períodos eleitorais e pós-eleitorais.

2 VISÃO TEÓRICA DAS VARIÁVEIS ANALISADAS

Para a realização deste trabalho, foram escolhidos os seguintes escopos para serem abordados e analisados nos períodos eleitorais (1998, 2002, 2006 e 2010) e pós-eleitorais (1999-2001, 2003-2005, 2007-2009 e 2011-2013): taxa de câmbio, taxa de juros, variação do PIB, taxa de desemprego e controle dos preços, ao abrigo da teoria do ciclo político-econômico, com o objetivo de analisar o comportamento dos indicadores durante os anos eleitorais e pós-eleitorais.

2.1 Teoria dos ciclos político-econômicos

De acordo com Balbinotto-Neto (2009), a ideia básica de um modelo político econômico é que o governo é capaz de influenciar o setor econômico com o auxílio de instrumentos de política econômica. "A teoria dos ciclos político-econômicos estuda as interações entre as decisões de políticas econômicas e as considerações políticas. A previsão mais conhecida da teoria é que o ciclo de negócios espelha a agenda do ciclo eleitoral" (BALBINOTTO-NETO, 2009, p. 6).

Para Ferreira-Neto, Fontes e Lima (2004), a teoria dos ciclos político-econômicos se divide em Modelos Clássicos, que consideram que os eleitores cometem erros sistemáticos, e em Modelos Racionais, que os eleitores entendem perfeitamente o sistema político-econômico e não cometem erros sistemáticos. Os Modelos Clássicos subdividem-se em Modelos Oportunistas e Modelos Partidários. Os Modelos Racionais acrescentam as expectativas racionais a esses estudos.

De acordo com Neri e Carega (2000), diferentes modelos de ciclos políticos encontrados na literatura enfatizam a distinção dos incentivos existentes dos *policymakers* entre oportunista ou partidário. "Em modelos oportunistas, os *policymakers* maximizam sua popularidade ou sua probabilidade de reeleição. Em modelos partidários, diferentes políticas representam diferentes constituintes" (NERI; CAREGA, 2000, p. 4).

Os Modelos Clássicos Oportunistas, de acordo com Ferreira-Neto, Fontes e Lima (2004), pressupõem que os políticos são idênticos e sugerem que o governante fará de tudo para permanecer no poder, passando por cima até mesmo das orientações do partido e da ideologia partidária sobre suas decisões. "Neste

modelo, os eleitores, apesar de não saberem muito sobre economia, sabem o que gostam e uma solução para que eles possam julgar o ambiente econômico é melhorar as informações disponíveis" (FERREIRA-NETO; FONTES; LIMA, 2004, p. 3).

Nos Modelos Clássicos Partidários, na análise de Ferreira-Neto, Fontes e Lima (2004), a Teoria Partidária considera a influência partidária nas decisões políticas, pois cada partido é formado por pessoas com as mesmas ideologias e essa ideologia partidária, associada à teoria dos ciclos político-econômicos, determina a forma pela qual o governo age.

De acordo com Ferreira-Neto, Fontes e Lima (2004), no Modelo Racional Oportunista de Rogoff (1990) citado em Preussler (2001¹ *apud* FERREIRA-NETO; FONTES; LIMA, 2004, p. 4), enfatiza-se a política fiscal. "Durante os anos de eleições, os governos realizam uma farra de consumo, na qual os impostos são cortados, as transferências são aumentadas, e os gastos e transferências de recursos para projetos mais imediatos são elevados" (FERREIRA-NETO; FONTES; LIMA, 2004, p. 4).

Neri e Carega (2000) abordam que os partidos considerados de esquerda estão mais preocupados com o problema do desemprego, enquanto os partidos considerados de direita estão relativamente mais desejosos de incorrer em custos do desemprego para reduzir a inflação.

Para Ferreira-Neto, Fontes e Lima (2004), nos Modelos Racionais Partidários, os partidos se preocupam com os efeitos inerentes de suas políticas e têm diferentes objetivos e incentivos. "Suas metas de inflação e desemprego são distintas, pois atribuem pesos diferentes para inflação e desemprego como um mal econômico, considerando em todo contexto que as expectativas são formadas racionalmente" (FERREIRA-NETO; FONTES; LIMA, 2004, p. 5).

¹ PREUSSLER, Athos P. S. **Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil**. 2001. 102 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001 *apud* FERREIRA-NETO; FONTES; LIMA, 2004, p. 4.

Quadro 1 – Resultados Teóricos dos Modelos de Ciclos Políticos

	Teoria Oportunista		Teoria Partidária	
	Tradicional	Racional	Tradicional	Racional
Taxa de Inflação	Elevação da inflação no período pré-eleitoral estendendo-se durante alguns trimestres após as eleições. Em seguida, diminui.	Comportamento idêntico ao dos modelos tradicionais, porém com efeitos menores tanto na duração quanto na dimensão.	Inflação permanentemente elevada quando um partido de esquerda está no poder e permanentemente baixa quando um partido de direita governa.	Inflação permanentemente elevada quando um partido de esquerda governa.
Taxa de crescimento do PIB e Taxa de Desemprego	A partir do terceiro ou quarto ano de mandato, a taxa de crescimento do PIB encontra-se acima do normal (desemprego abaixo do normal). Há queda da taxa de crescimento do PIB após as eleições (aumento do desemprego).	Não existe um ciclo regular na taxa de crescimento do PIB e na taxa de desemprego.	Taxa de crescimento do PIB permanentemente elevada e taxa de desemprego permanentemente baixa quando um partido de esquerda está no poder. O contrário quando um partido de direita governa.	Taxa de crescimento do PIB temporariamente acima do seu valor natural e desemprego temporariamente abaixo do seu valor natural após a vitória de um partido de esquerda. Ocorre o contrário se ganhar um partido de direita.
Políticas Monetária e Fiscal	As políticas monetária e fiscal são expansionistas a partir do último ou penúltimo ano antes das eleições e contracionistas na primeira metade do mandato.	As políticas são expansionistas nos últimos dois ou três trimestres que precedem a eleição e contracionistas dois ou três trimestres após as eleições. Os efeitos são menos intensos e de duração menor em relação ao modelo tradicional.	Na política monetária, a taxa de crescimento da oferta de moeda deve ser mais elevada com governos de esquerda e, como a inflação é também mais elevada, as taxas de juros também devem ser mais elevadas. Na política fiscal, os governantes de esquerda são mais propensos a déficits orçamentais, apesar de também serem mais propensos a aumentar os impostos.	

Fonte: Adaptado de Martins, 2002², p. 19 *apud* Salvato et al, 2007, p. 4.

² MARTINS, Rodrigo C. de A. **As teorias de ciclos políticos e o caso português**. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002, p. 19 *apud* Salvato et al, 2007, p. 4.

2.2 Taxa de câmbio

De acordo com o Banco Central do Brasil (2014), taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações da moeda nacional. A moeda estrangeira mais negociada no Brasil é o dólar dos Estados Unidos (US\$), o que faz essa moeda ser a cotação mais utilizada no país.

Para Toneto et al. (2013), taxa de câmbio é um dos principais preços relativos da economia com influência direta no desempenho macroeconômico do país e na composição de sua estrutura produtiva. “É uma variável extremamente complexa, pois se relaciona tanto com o mercado de bens e serviços como com o mercado de ativos” (TONETO et al., 2013, p. 3).

A taxa de câmbio pode afetar o desempenho econômico pelos seus efeitos na composição setorial da economia. “O nível da taxa de câmbio refletirá na maior ou menor presença dos setores de transacionáveis da economia. Quanto mais valorizada a taxa de câmbio, maior o estímulo à produção de não transacionáveis em detrimento dos transacionáveis” (TONETO et al., 2013, p. 3).

A desvalorização cambial e a adoção de um sistema de câmbio flutuante contribuíram para reverter a tendência de deterioração da situação externa do país. “Este processo, em conjunto com uma forte melhora do quadro internacional e de forte elevação do preço das *commodities*, contribuiu para a emergência de significativos superávits na Balança Comercial e em Transações Correntes” (TONETO et al., 2013, p. 7).

Para Sicsú (2002), embora o regime de câmbio seja flutuante, o Banco Central reage contra movimentos que busquem provocar desvalorizações cambiais agudas. “O regime cambial adotado no Brasil, e em grande parte das economias relevantes, é um regime de flutuação cambial administrada, tendo por vezes um alvo implícito de taxa nominal” (SICSÚ, 2002, p. 134).

De acordo com Teixeira (2006), os diferentes tipos de regimes cambiais são referentes ao grau de flutuação permitido na taxa de câmbio, desde a livre flutuação do câmbio flexível à rigidez do câmbio fixo. “Em um sistema de livre flutuação, a taxa de câmbio é determinada pelo equilíbrio entre as forças de oferta e demanda; já em um sistema de câmbio fixo, o governo atua visando estabilizá-la em um determinado patamar” (TEIXEIRA, 2006, p. 13).

2.3 Taxa de juros

Uma taxa de juros representa o preço do empréstimo dos recursos financeiros. No Brasil, utiliza-se como base a taxa Selic, que representa a média diária ponderada das negociações interbancárias dos títulos públicos federais. "Essa taxa é flutuante, porém é balizada por uma meta, fixada em reuniões pelo Comitê de Política Monetária (Copom)" (TEIXEIRA, 2006, p. 30).

O controle da taxa básica de juros afeta a demanda agregada, o que permite ao Copom certo controle sobre a temperatura da economia. "A taxa de juros externa também tem um papel fundamental no fluxo de capitais: uma elevação na mesma pode gerar deslocamento de recursos em busca de maior remuneração" (TEIXEIRA, 2006, p. 31).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016d), define-se Taxa Selic como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, com base no Banco Central do Brasil (2016d), são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

A metodologia de cálculo da taxa Selic consta na Circular nº 3.671, de 18 de outubro de 2013. De acordo com o Banco Central do Brasil (2016e)

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 16 e 17 de outubro de 2013, no uso da competência descrita no art. 2º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de cálculo da Taxa Selic são consideradas as operações de compra e venda de títulos federais com compromisso de revenda assumido pelo comprador conjugado com compromisso de recompra assumido pelo vendedor para liquidação no dia útil subsequente, que tenham por contratantes:

I - dois participantes distintos do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic); ou

II - um participante e um cliente de participante, desde que os contratantes tenham liquidantes distintos no Selic.

Parágrafo único. Não integram o universo referido no caput as operações compromissadas a termo, as registradas em data posterior àquela em que efetivamente realizadas, as com taxas pós-fixadas e as que objetivem o acesso temporário a títulos específicos.

Art. 2º A Taxa Selic, expressa sob a forma anual com duas casas decimais, é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TaxaSelic} = \left\{ \left[\frac{\sum_{j=1}^n R_j}{\sum_{j=1}^n I_j} \right]^{252} - 1 \right\} \times 100 \% \text{ a.a.},$$

em que:

I - n: número de operações que compõem a base de cálculo;

II - R_j: valor financeiro da recompra/revenda da j-ésima operação compromissada; e

III - I_j: valor financeiro da compra/venda da j-ésima operação compromissada (...)

De acordo com InfoMoney (2007), a taxa Selic não é fixa e varia praticamente todos os dias, porém dentro de um intervalo muito pequeno, já que, na grande maioria das vezes, a taxa tende a se aproximar da meta Selic.

Para Sicsú (2002), o déficit público depende em grande medida do patamar da taxa de juros e das variações nominais da taxa de câmbio. “Quando aumenta a volatilidade cambial, o que corresponde a um movimento ascendente da tendência do valor nominal da taxa de câmbio, aumenta também o déficit público” (SICSÚ, 2002, p. 134).

O Banco Central aumenta a taxa de juros para inverter a trajetória do câmbio, porém o aumento da taxa de juros provoca o aumento do déficit público. “Esse imbróglio poderia ser desfeito se a volatilidade cambial fosse reduzida através da administração do movimento de capitais e se a política de determinação da taxa de juros estivesse isenta de controlar movimentos cambiais” (SICSÚ, 2002, p. 135).

2.4 Variação do PIB e taxas de desemprego

O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador que mede a atividade econômica, cujo cálculo é feito a cada trimestre pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão federal vinculado ao Ministério do Planejamento.

O PIB é calculado por meio da soma das riquezas (agropecuária, indústria e serviços) produzidas em território nacional por empresas brasileiras ou estrangeiras, considerando apenas o produto final vendido. Também é calculado por meio da demanda (consumo das famílias, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, importações e exportações), no qual o resultado deve ser igual à soma das

riquezas. Quando a variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior é negativa em dois trimestres seguidos, o país entra em recessão técnica.

A taxa de desemprego é medida por diversas pesquisas, na qual as principais são: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), calculada pelo IBGE; o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), calculado pelo Ministério do Trabalho; e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também realizada pelo IBGE, que será o referencial para medir o desemprego neste trabalho.

De acordo com Paula (2014), na PNAD, realizada anualmente, é levada em consideração cerca de mil municípios e mais de 300 mil pessoas. O IBGE considera empregados todos que exerceram alguma atividade, mesmo no mercado informal, e só inclui na conta dos desempregados os maiores de 15 anos de idade que procuraram emprego na semana anterior à pesquisa.

A PNAD contínua, de acordo com Paula (2014), acontece a cada três meses em mais de 3 mil municípios brasileiros. A pesquisa foi criada em 2012 e abrange mais de 600 mil habitantes. A pessoa é considerada desempregada se tiver mais de 14 anos de idade e tiver procurado uma vaga no mercado de trabalho nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa.

O CAGED, segundo Paula (2014), traça o retrato do mercado de trabalho com carteira assinada. Para fazer o cálculo, o Ministério do Trabalho verifica quantas pessoas foram contratadas naquele mês e quantas foram demitidas, com base nas informações que as empresas enviam. Quando o resultado do CAGED for negativo, significa que houve fechamento de vagas.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de acordo com Paula (2014), era realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Salvador (BA). A partir dos dados destas cidades, era calculada uma taxa média de desemprego, que refletia a situação das metrópoles.

A PME foi descontinuada com a divulgação dos resultados de fevereiro de 2016. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c), a pesquisa produzia indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitiam avaliar as flutuações e a tendência do mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência.

2.5 Índice de preços e regime de metas de inflação

Para a análise da variação dos preços no presente trabalho, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo. O IPCA é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde 1979. É o índice utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação no país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016b), a população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e quarenta salários-mínimos e residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS), Brasília (DF), além das cidades de Goiânia (GO) e Campo Grande (MS).

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016b), são considerados nove grupos de produtos e serviços para a medição do IPCA: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; e transportes e vestuário.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2015), o regime de metas para a inflação é um regime monetário no qual o Banco Central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja de acordo com uma meta pré-estabelecida. Conforme o Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (2016a), a meta para a inflação passou a ser calculada a partir de 1999. Naquele ano, a meta foi de 8%, passando para 6% em 2000, 4% em 2001, 3,5% em 2002, 4% em 2003, 5,5% em 2004 e 4,5% de 2005 até 2013, último ano analisado neste trabalho.

Na concepção do Banco Central do Brasil (2015), o regime de metas para a inflação caracteriza-se geralmente por quatro elementos básicos: conhecimento público de metas numéricas de médio-prazo para a inflação; comprometimento institucional com a estabilidade de preços; objetivos e razões que justificam as decisões de política monetária; e mecanismos para tornar as autoridades monetárias responsáveis pelo cumprimento das metas para a inflação.

Estas variáveis foram escolhidas para acompanhar o comportamento da economia durante as eleições em estudo e durante o período posterior às eleições. A análise das variáveis tem por objetivo verificar o quanto a mudança nas taxas de câmbio, de juros, de desemprego e na variação do PIB e dos preços no ano eleitoral e nos anos pós-eleitorais afetam no resultado do pleito.

Sabe-se que o governante busca tomar ações que possa beneficiá-lo eleitoralmente, porém os efeitos destas ações podem ser nulos ou negativos se a situação da economia for degradante. A análise destas variáveis é voltada não na ação em si, porém no resultado em que as medidas tomadas causaram na economia, em especial na taxa de juros, no câmbio, na inflação, no mercado de trabalho e no Produto Interno Bruto.

No próximo capítulo, será analisado o comportamento da política econômica por meio das variáveis apresentadas anteriormente, durante os anos eleitorais de 1998, 2002, 2006 e 2010 e, em seguida, o comportamento da política econômica no período posterior às eleições.

3 EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES

De acordo com Rennó e Spanakos (2006), quanto pior o desempenho do governo na administração da economia, pior sua avaliação pela população e mais difíceis suas chances de se manter no poder. “Pode-se dizer que o voto retrospectivo é tido como o padrão normal de decisão eleitoral em um regime democrático, pois está fortemente associado à ideia de *accountability*” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 14).

Quando candidatos do governo que são favoráveis ao mercado aparecem bem em pesquisas de opinião, a tendência é não gerar oscilações nos indicadores financeiros. “Tais indicadores devem se manter estáveis e positivos e provavelmente não se tornam tema para uso político durante a campanha, a não ser para beneficiar o governo” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 15).

As pioras nas avaliações de risco-país ou a queda na bolsa de valores podem ser creditadas ao crescimento nas pesquisas de intenção de voto de candidatos contrários aos interesses do mercado financeiro. O enfraquecimento dos indicadores financeiros pode ser utilizado como um fato político pelo candidato governista. “A deterioração dos indicadores financeiros pode ser creditada à postura de um candidato específico e isso pode impactar intenções de voto nesse candidato em pesquisas futuras” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p.16).

Este capítulo busca analisar a influência da política econômica e dos ciclos político-econômicos sobre o resultado das eleições de 1998 a 2010, sobretudo em relação à taxa de câmbio, à taxa de juros, à taxa de desemprego, à variação do PIB e à variação dos preços.

3.1 Eleição de 1998

Na eleição presidencial de 1998, realizada em turno único no dia 4 de outubro, os principais candidatos foram: Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição pela coligação *União, Trabalho e Progresso*, composta pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e

pelo Partido Social Democrático (PSD), este último extinto posteriormente; Luiz Inácio Lula da Silva, pela coligação *União do Povo Muda Brasil*, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B); e Ciro Ferreira Gomes, pela coligação *Brasil Real e Justo*, composta pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo Partido Liberal (PL) e pelo Partido dos Aposentados da Nação (PAN), este último extinto posteriormente. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (1998), Fernando Henrique foi eleito no primeiro turno com 53% dos votos válidos, contra 31,7% de Lula e 11% de Ciro Gomes.

Tabela 1 – Resultado da eleição presidencial de 1998

Candidato(a) a Presidente	Candidato(a) a Vice-Presidente	Coligação	Número de votos	%
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Marco Maciel (PFL)	PSDB, PFL, PPB, PTB e PSD	35.936.382	53,06
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Leonel Brizola (PDT)	PT, PDT, PSB, PC do B e PCB	21.475.211	31,71
Ciro Gomes (PPS)	Roberto Freire (PPS)	PPS, PL e PAN	7.426.187	10,97
Enéas Carneiro (PRONA)	Irapuan Teixeira (PRONA)	Sem coligação	1.447.089	2,14
Brigadeiro Ivan Frota (PMN)	João Ferreira da Silva (PMN)	Sem coligação	251.336	0,37
Alfredo Sirkis (PV)	Carla Piranda Rabello (PV)	Sem coligação	212.983	0,31
José Maria de Almeida (PSTU)	José Galvão de Lima (PSTU)	Sem coligação	202.659	0,30
João de Deus Barbosa (PT do B)	Nanci Pilar (PT do B)	Sem coligação	198.915	0,29
José Maria Eymael (PSDC)	Josmar Oliveira Alderete (PSDC)	Sem coligação	171.831	0,25
Thereza Ruiz (PTN)	Eduardo Gomes (PTN)	Sem coligação	166.138	0,25
Sergio Bueno (PSC)	Ronald Azaro (PSC)	Sem coligação	124.569	0,18
Vasco Azevedo Neto (PSN)	Alexandre José dos Santos (PSN)	Sem coligação	109.003	0,16

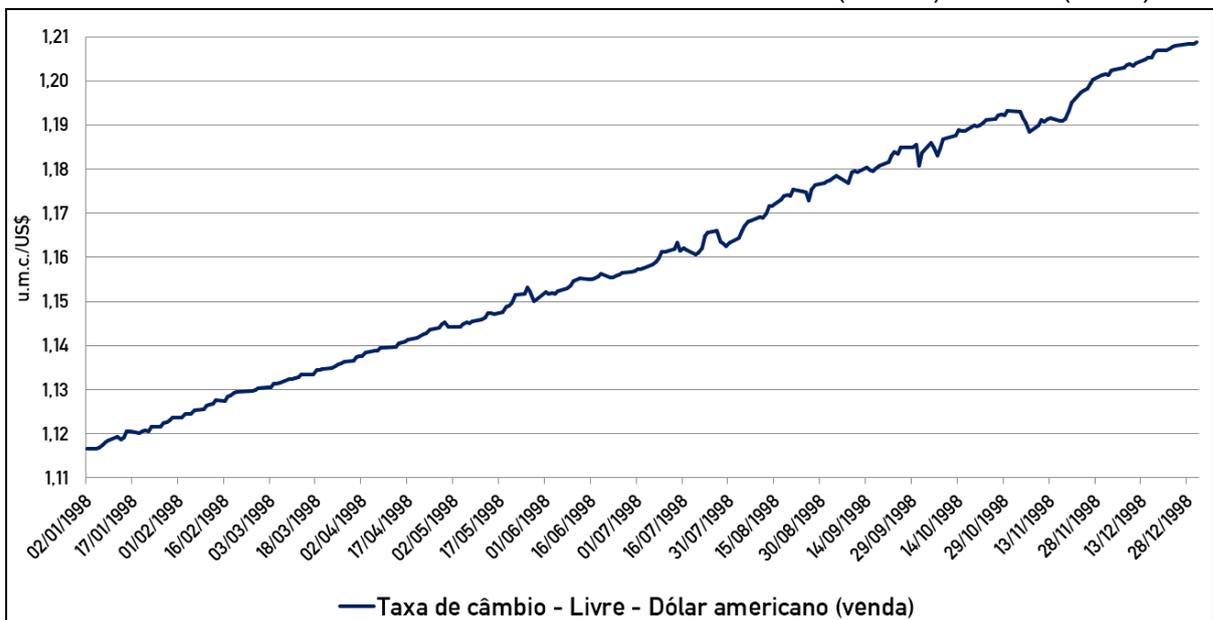
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (1998).

Um fator interessante durante as eleições pós-Plano Real é o crescente destaque dado pela mídia à relação entre intenção de voto e indicadores do

mercado financeiro nacional e internacional. “Temas como risco-país, índices de bolsas de valores e taxa de câmbio passaram a ser tratados diariamente pela mídia nas eleições de 1998 e 2002” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 12).

De acordo com Britto (2014), nas eleições de 1998, Lula começa a adotar uma política mais moderada do que nas eleições anteriores. Outro fato que refletiu a vertente menos esquerdista do candidato foi a aliança política com Leonel Brizola, então líder do PDT.

Gráfico 1 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (1998)



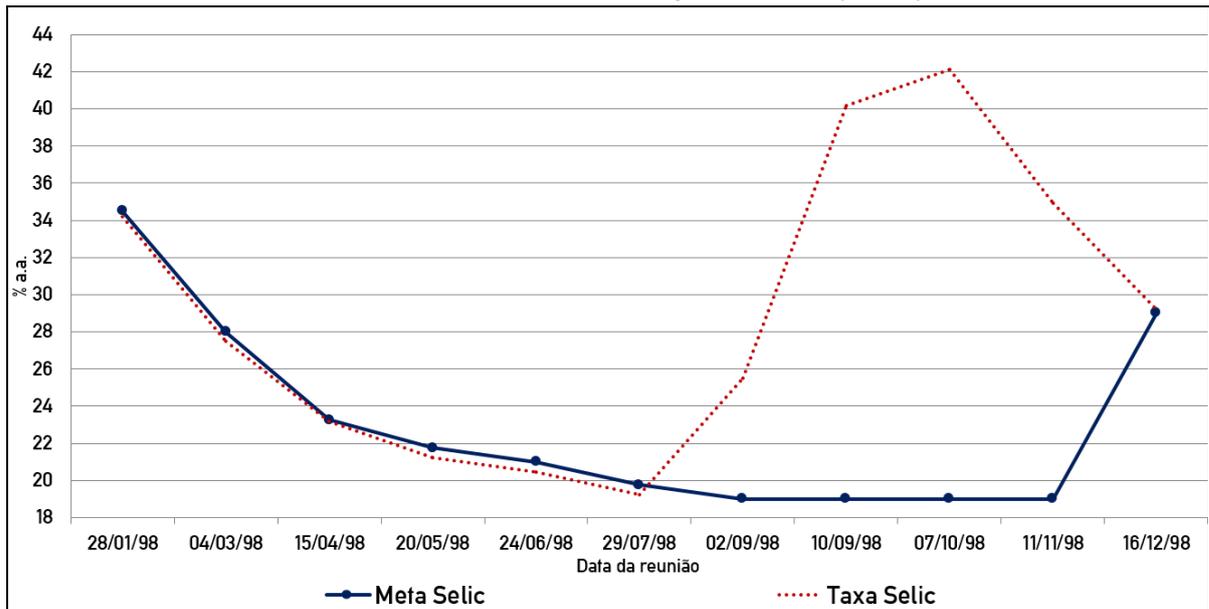
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Entre março de 1995 e a primeira quinzena de 1999, o regime de câmbio utilizado pelo Banco Central do Brasil foi a banda cambial. Em 1998, com este regime em vigor, o câmbio (gráfico 1) variou pouco (menos de dez centavos de real) e com trajetória praticamente crescente. O dólar, no início de 1998, estava na casa de R\$ 1,12 e terminou o ano valorizado, na faixa de R\$ 1,21.

De acordo com Soares (2006), durante a campanha para o seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso, apesar de não pretender realizar nenhuma mudança brusca nas diretrizes da política econômica, dava sinais da necessidade de alterações na condução da política cambial. “A taxa de câmbio administrada, ao exigir elevadas taxas de juros, diminuía os graus de liberdade na condução da política econômica e impingia sérios riscos em termos da capacidade do governo em honrar os compromissos de sua dívida” (SOARES, 2006, p. 33).

Em agosto de 1998, após a moratória e a desvalorização da moeda russa, os mercados internacionais tornaram-se altamente instáveis. “Apesar das pesquisas eleitorais apontarem para a reeleição de FHC, poderia ser interpretado pelos participantes do mercado como a não ocorrência de mudanças bruscas na condução da política econômica” (SOARES, 2006, p. 31).

Gráfico 2 – Meta e taxa de juros Selic (1998)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

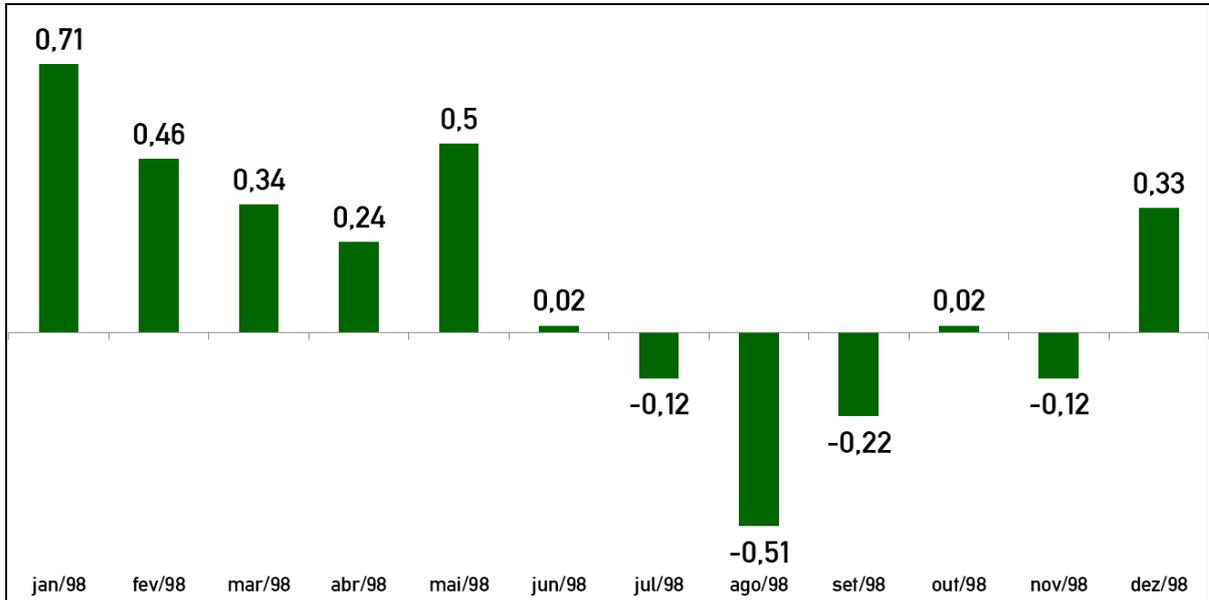
No gráfico 2, a linha reta representa a meta Selic definida pelo Copom em reunião que ocorre a cada 45 dias. A linha tracejada representa a taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis. Entre agosto e novembro de 1998, observa-se uma discrepância entre a meta definida pelo Copom e a taxa média, corrigida no mês de dezembro com o aumento de 10 pontos percentuais da meta Selic, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (1998)

Data	% a.a.	Varição com a meta anterior (p.p.)
23/01/1998	34,50	-3,50
04/03/1998	28,00	-6,50
15/04/1998	23,25	-4,75
20/05/1998	21,75	-1,50
24/06/1998	21,00	-0,75
29/07/1998	19,75	-1,25
02/09/1998	19,00	-0,75
16/12/1998	29,00	+10,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

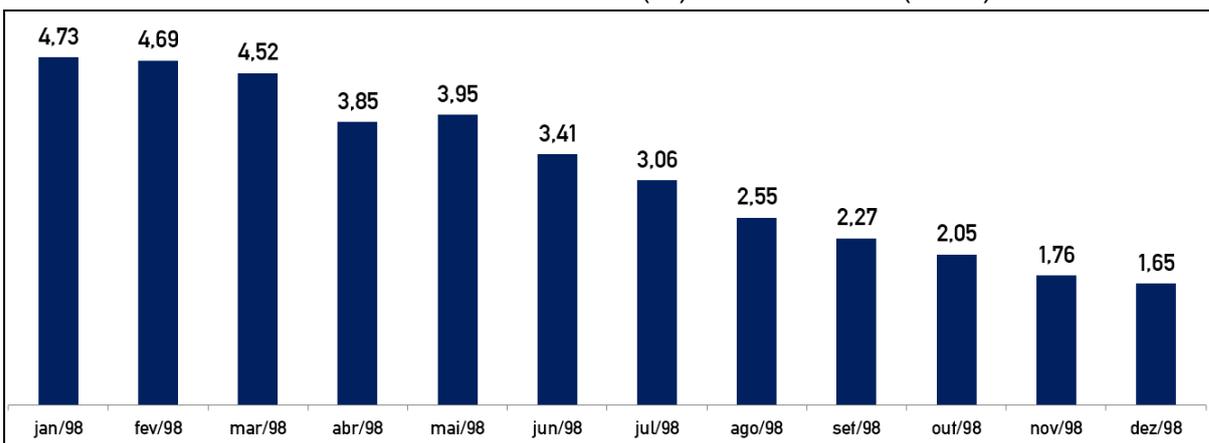
Gráfico 3 – Variação percentual mensal do IPCA (1998)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

O gráfico 3 apresenta uma queda na variação mensal do IPCA em agosto e setembro de 1998, durante o período eleitoral, além de uma queda menor em julho e novembro, ou seja, o nível dos preços ao consumidor diminuiu neste período.

Gráfico 4 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (1998)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

O acumulado do IPCA em 12 meses (gráfico 4) confirma a trajetória decrescente do nível dos preços. É registrado uma significativa redução, sobretudo no período eleitoral, de 4,73% em janeiro de 1998 para 1,65% em dezembro daquele ano.

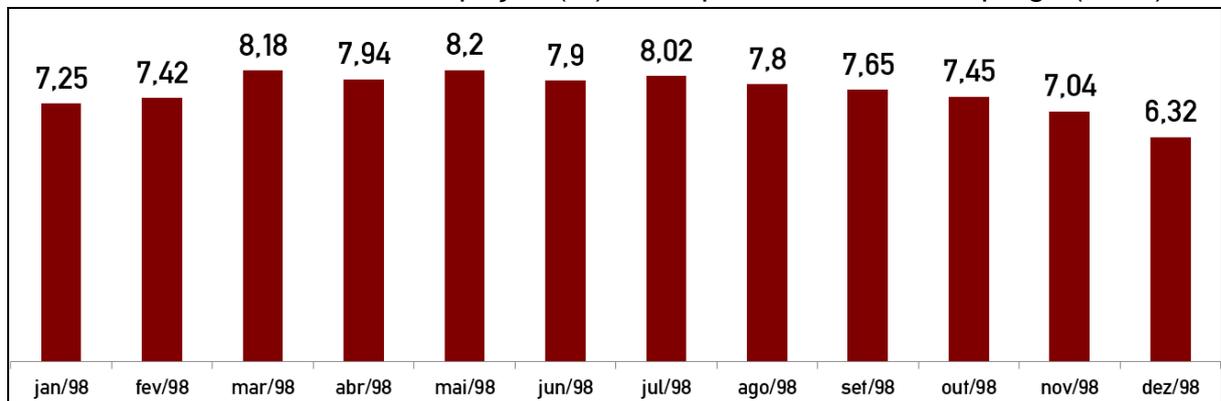
Tabela 3 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (1998)

Item:	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agropecuária	-11,7	13,1	-2,6	-2,3
Indústria	-1,5	0,1	-1,1	-2,9
Serviço	-1,2	1,3	0,8	-0,2
Consumo das Famílias	0,1	-0,3	0,3	-1,4
Consumo do Governo	2,3	0,7	1,7	-0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	0,2	1,0	-1,8	-4,5
Exportação	4,6	2,3	-3,5	0,9
Importação	9,4	-5,4	0,9	-5,8
PIB (com ajuste sazonal)	-2,4	2,1	0,0	-1,1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior em 1998 (tabela 3), apresentou um cenário de queda no Produto Interno Bruto no primeiro e no último trimestre, impulsionado principalmente pela queda no setor da agropecuária no primeiro trimestre e pela importação no último trimestre. Apenas no segundo trimestre foi registrado crescimento do PIB, impulsionado pela agropecuária. A variação do PIB no terceiro trimestre foi nula.

Gráfico 5 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (1998)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c), população desocupada são aquelas pessoas que não tinham trabalho, porém estavam dispostas a trabalhar e, para isso, tomaram alguma providência. A taxa de desocupação mensal medida pela PME em 1998 (gráfico 5) aumentou levemente na metade do ano, porém diminuiu após a eleição. Variou entre 6,32% em dezembro e 8,2% em maio. O ano começou com a taxa de desocupação estimada em 7,25%.

Durante a eleição presidencial de 1998, o cenário era de estabilidade na economia, sobretudo na taxa de câmbio – com uma variação irrelevante do dólar – e, também, nos preços, principalmente devido à consolidação do Plano Real, implantado quatro anos antes do pleito. Apesar dos avanços, a taxa de juros, que diminuiu consideravelmente durante o ano, precisava diminuir ainda mais e o regime cambial estava a um passo de ser reformulado.

Para a eleição de 1998, Fernando Henrique Cardoso conseguiu ter incentivos para forçar uma política econômica favorável aos seus objetivos eleitorais. A popularidade razoável de Cardoso e o cenário positivo da política econômica frearam o crescimento de Lula nas pesquisas. FHC teve seu mandato avalizado pela maioria da população, que o reelegeu com a maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno.

3.2 Eleição de 2002

Na eleição presidencial de 2002, realizada em dois turnos – nos dias 6 e 27 de outubro, respectivamente – quatro candidatos se destacaram na disputa, sendo eles: Luiz Inácio Lula da Silva, pela coligação *Lula Presidente*, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Liberal (PL), pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); José Serra, pela coligação *Grande Aliança*, composta pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Anthony Garotinho, pela coligação *Brasil Esperança*, composta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) e pelo Partido Geral dos Trabalhadores (PGT), este último extinto posteriormente; e Ciro Gomes, pela coligação *Frente Trabalhista*, composta pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em uma disputa pulverizada, em que Lula começou e terminou como favorito, a eleição foi ao segundo turno, tendo José Serra como o segundo colocado. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2002), Lula foi eleito 52.793.364 votos no segundo turno, o que representou 61,3% dos votos válidos. Serra obteve 33.370.739 votos no segundo turno, equivalente a 38,7% dos votos válidos.

Tabela 4 – Resultado da eleição presidencial de 2002 no primeiro turno

Candidato a Presidente	Candidato(a) a Vice-Presidente	Coligação	Número de votos	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PL)	PT, PL, PC do B, PMN e PCB	39.455.233	46,44
José Serra (PSDB)	Rita Camata (PMDB)	PSDB e PMDB	19.705.445	23,19
Anthony Garotinho (PSB)	José Antonio Figueiredo (PSB)	PSB, PTC e PGT	15.180.097	17,86
Ciro Gomes (PPS)	Paulo Pereira da Silva (PTB)	PPS, PTB e PDT	10.170.882	11,97
José Maria de Almeida (PSTU)	Dayse de Oliveira (PSTU)	Sem coligação	402.236	0,47
Rui Costa Pimenta (PCO)	Pedro Paulo de Abreu (PCO)	Sem coligação	38.619	0,04

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Tribunal Superior Eleitoral (2002).

Em 2002, o desemprego, e não mais a inflação, passa a ter destaque no debate eleitoral brasileiro. “O candidato do governo – José Serra – é afetado negativamente pelos fracos indicadores nessa área e pela piora na qualidade de vida do eleitor brasileiro” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 19).

De acordo com Bresser-Pereira (2002), José Serra foi escolhido candidato da situação porque era quem, dentro do partido, apresentava melhores perspectivas eleitorais em todas as pesquisas realizadas até a sua escolha. “A tese que lhe falta simpatia ou carisma subestima o eleitor brasileiro. Serra não baseia sua candidatura na simpatia e não acredita que líderes políticos modernos devem ser carismáticos” (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 3).

A folgada margem de intenção de votos de Lula nas pesquisas indicava não apenas a possibilidade de mudanças nas políticas macroeconômicas do governo, também indicava mudanças que poderiam ser desfavoráveis ao mercado financeiro. “Lula ganhou a eleição com folga, e isto levanta a suspeita de que os indicadores do mercado financeiro não tiveram impacto suficientemente forte no processo eleitoral para alterar o resultado final da eleição” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 20).

A influência do mercado internacional e dos fluxos de capital estrangeiro era percebida no debate eleitoral. “A iminente vitória da oposição em 2002 e de um partido de origem socialista, e a incerteza que esse fato gerava para a economia nacional, levavam à formação de expectativas negativas no mercado financeiro” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 20).

De acordo com Teixeira (2006), a estabilidade alcançada durante os dois mandatos de FHC é vista por agentes internacionais como passível de perturbação. "A existência de incerteza é sempre existente quando é esperada uma troca de poderes, porém nesta eleição ela foi exacerbada pela rápida ascensão de popularidade de candidatos como Lula e Ciro Gomes" (TEIXEIRA, 2006, p. 41).

A incerteza do mercado gerada pela iminente vitória eleitoral de Lula foi utilizada pela campanha de José Serra, com a tentativa de reverter o quadro de intenção de voto desfavorável à sua chapa. "A apreensão de investidores encontrava justificativa no ideológico político esquerdista de Lula. Com a sua vitória, observou-se uma ruptura com o tradicional discurso do então candidato e uma continuidade econômica do governo anterior" (BRITTO, 2014, p. 1).

De acordo com Setti (2014), a primeira vitória do PT foi antecedida por uma enorme turbulência, pois temia-se um retrocesso econômico. "O mau humor crescia proporcionalmente ao avanço de Lula nas pesquisas. A cotação do dólar disparou 56,24% até a véspera do primeiro turno" (SETTI, 2014).

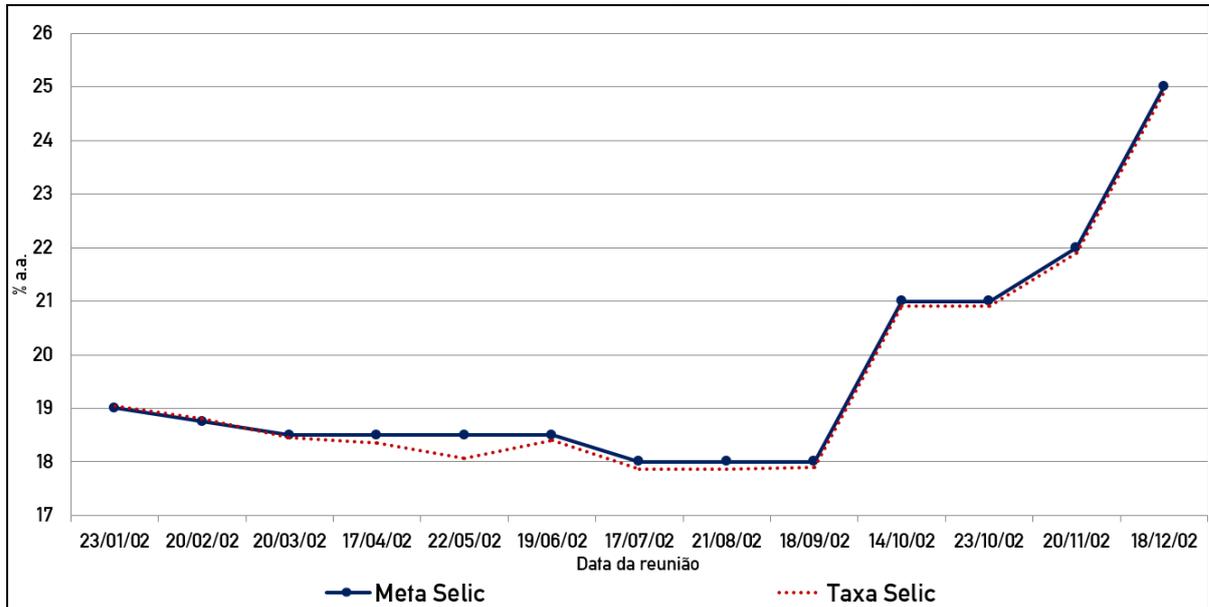
Gráfico 6 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Em 2002, a taxa de câmbio (gráfico 6) disparou durante o processo eleitoral e após o resultado da eleição, devido à incerteza do mercado financeiro com a iminente vitória de Lula. O dólar valorizou-se, variando de R\$ 2,27 em março para R\$ 3,95 em novembro, com o resultado da eleição já definido.

Gráfico 7 – Meta e taxa de juros Selic (2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

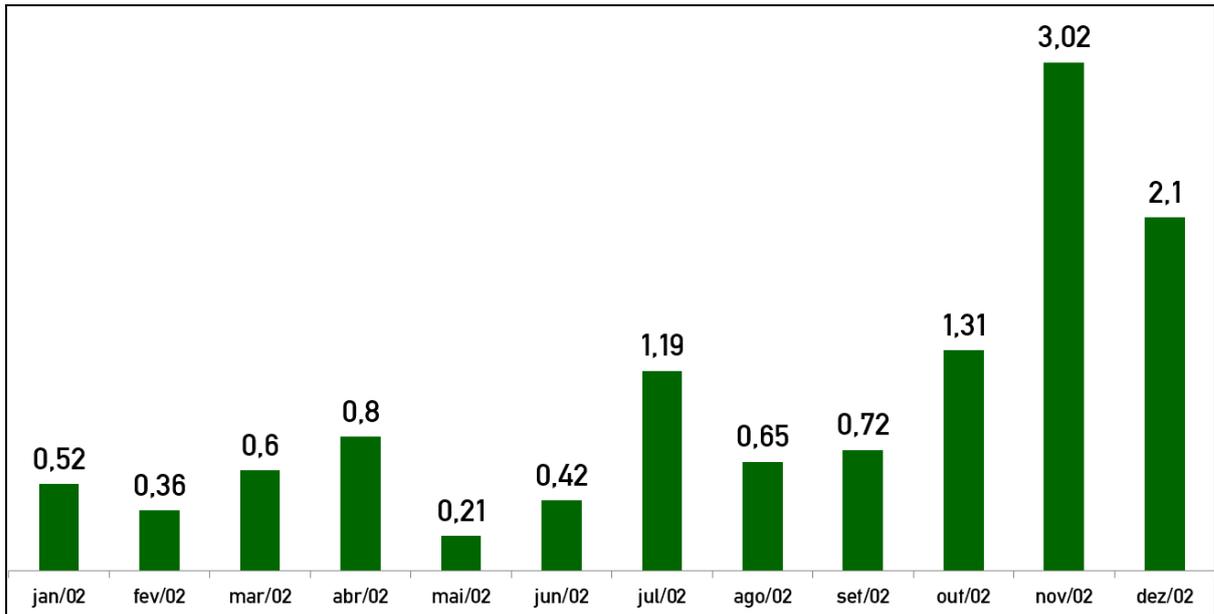
Para reagir à alteração cambial durante o pleito de 2002, ocorreram mudanças na meta Selic (vide gráfico 7 e tabela 5). De acordo com Setti (2014), em 14 de outubro de 2002, o Banco Central, em reunião extraordinária, elevou a taxa básica de juros de 18% para 21%. "A medida pegou o mercado de surpresa, mas não foi muito eficaz: o dólar subiu 1,05% naquele dia, a R\$ 3,86, e cederia apenas 1,94% entre o primeiro turno das eleições e o fim do ano" (SETTI, 2014).

Tabela 5 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2002)

Data	% a.a.	Varição com a meta anterior (p.p.)
23/01/2002	19,00	+0,75
20/02/2002	18,75	-0,25
20/03/2002	18,50	-0,25
17/07/2002	18,00	-0,50
13/10/2002	21,00	+2,00
20/11/2002	22,00	+1,00
18/12/2002	25,00	+3,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

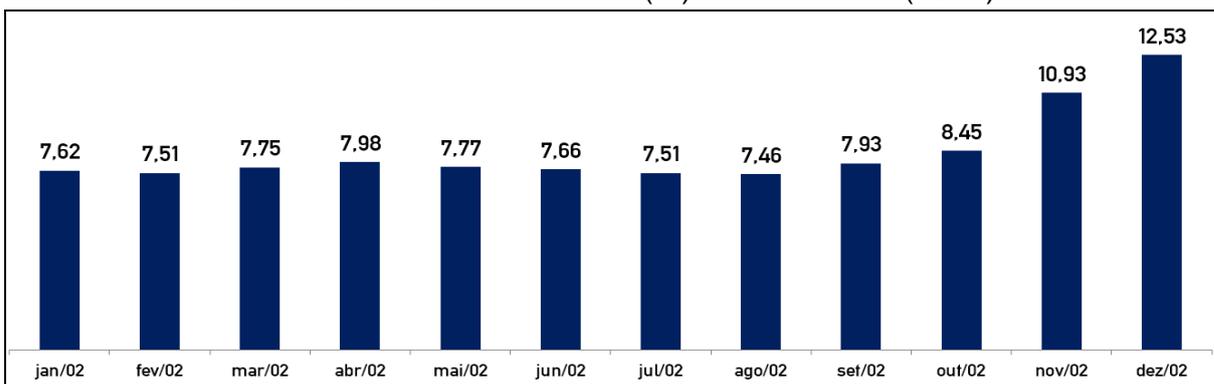
Gráfico 8 – Variação percentual mensal do IPCA (2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Nos gráficos relativos aos preços (gráficos 8 e 9), é visível o aumento da inflação no final de 2002, influenciada pelo resultado da eleição e pela mudança de governo (FHC para Lula). O acumulado de 12 meses do IPCA manteve-se estável até setembro de 2002 e passou a crescer consideravelmente a partir de outubro.

Gráfico 9 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

A preocupação do mercado influenciou as escolhas de atores políticos durante a campanha eleitoral. “No documento *Carta ao Povo Brasileiro*, o PT comunicava seu comprometimento com a manutenção da estabilidade macroeconômica e o respeito a contratos feitos durante o governo Fernando Henrique” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 20).

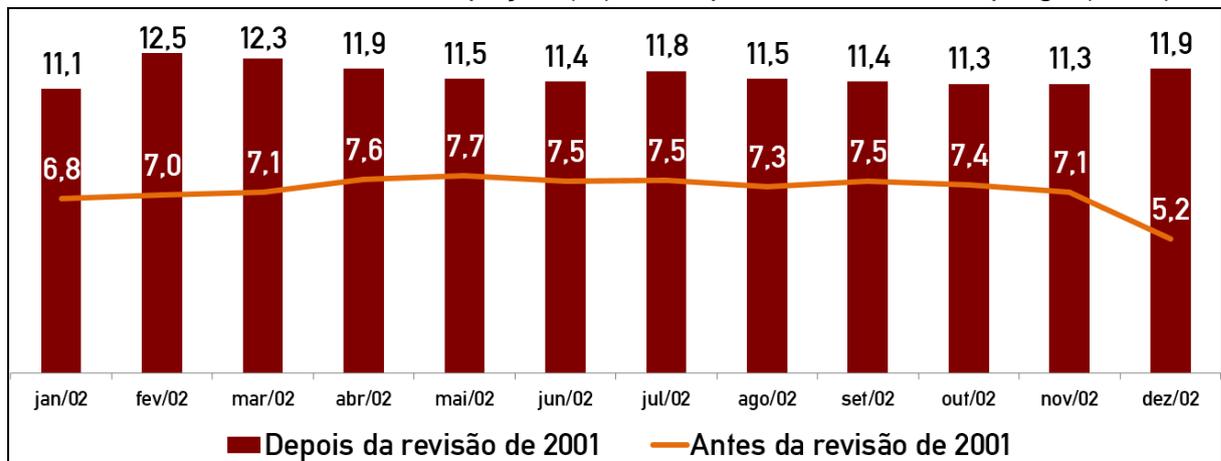
Tabela 6 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2002)

Item:	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agropecuária	-3,1	2,1	7,6	2,5
Indústria	4,0	2,1	-0,4	3,1
Serviço	1,3	0,7	1,2	0,6
Consumo das Famílias	1,9	1,2	-1,0	-0,5
Consumo do Governo	2,6	0,1	0,2	-0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	2,2	1,5	1,9	1,4
Exportação	1,6	-8,1	27,7	0,0
Importação	-0,8	-2,5	-1,1	-4,2
PIB (com ajuste sazonal)	1,9	0,4	1,7	1,2

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior em 2002 (tabela 6) foi positiva nos quatro trimestres, sobretudo no primeiro trimestre, com aumento de 1,9% sobre o último trimestre de 2001, impulsionado pelo setor da indústria, com crescimento de 4%. A menor variação trimestral do PIB foi no segundo trimestre, devido principalmente à queda de 8,1% no setor de exportação.

Gráfico 10 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

Em 2001, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c), a PME passou por um amplo processo de revisão metodológica para se adequar aos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na medição do ano seguinte. No gráfico de linha, é registrada a taxa de desocupação medida pela PME em 2002 antes da revisão e, no gráfico de barras, é verificada a taxa de desocupação mensal após a revisão realizada um ano antes.

Observa-se uma diferença considerável nos dois modelos de metodologia e na variação, no qual a taxa registrada em dezembro, na última metodologia antes da PME ser descontinuada, é maior que o dobro da taxa registrada com a metodologia anterior. Considerando apenas as taxas revisadas, a variação foi relativamente estável, de 11,1% em janeiro para 12,5% em fevereiro (vide gráfico 10). O ano terminou com a taxa de desocupação estimada em 11,9% no mês de dezembro.

A eleição presidencial de 2002 foi marcada pelo cenário complexo em praticamente todas as variáveis econômicas, com exceção do PIB. O dólar encostou na casa dos 4 reais e a taxa de juros aumentou na segunda metade do ano, seguido dos preços. Enquanto a meta para a inflação em 2002 era de 3,5% ao ano e o teto da meta era de 5,5% ao ano, a inflação acumulada em 2002 foi de 12,53% ao ano, muito além do previsto (vide gráfico 25 na página 52). Muito se deve à desconfiança do mercado financeiro em decorrência do favoritismo de Lula nas pesquisas, que se confirmou no resultado da eleição.

Fernando Henrique Cardoso, desta vez, não conseguiu ter incentivos para forçar uma política econômica favorável aos objetivos eleitorais de seu grupo político, haja vista que José Serra quase ficou fora do segundo turno, tendo que disputar a vaga de segundo colocado com Anthony Garotinho. Por outro lado, o candidato do PT quase foi eleito no primeiro turno, consolidando a vitória no segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos contra o candidato governista.

3.3 Eleição de 2006

Na eleição presidencial de 2006, realizada em dois turnos – nos dias primeiro e 29 de outubro, respectivamente – os principais candidatos foram: Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pela coligação *A Força do Povo*, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B); e Geraldo Alckmin, pela coligação *Por um Brasil Decente*, composta pelo Partido da Social Democracia Brasileira e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). A disputa foi polarizada entre Lula e Alckmin, com ambos na faixa entre 41% e 49% dos votos no primeiro turno. No segundo turno, em uma situação inusitada em eleições, Alckmin obteve menos votos que no primeiro turno. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2006), Lula foi reeleito

com 58.295.042 votos, equivalente a 60,8% dos votos válidos e Alckmin recebeu 37.543.178 votos, o que representou 39,17% dos votos válidos.

Tabela 7 – Resultado da eleição presidencial de 2006 no primeiro turno

Candidato(a) a Presidente	Candidato a Vice-Presidente	Coligação	Número de votos	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PRB)	PT, PRB e PC do B	46.662.365	48,61
Geraldo Alckmin (PSDB)	José Jorge (PFL)	PSDB e PFL	39.968.369	41,64
Heloísa Helena (PSOL)	César Benjamin (PSOL)	PSOL, PSTU e PCB	6.575.393	6,85
Cristovam Buarque (PDT)	Jefferson Péres (PDT)	Sem coligação	2.538.844	2,64
Ana Maria Rangel (PRP)	Delma Gama (PRP)	Sem coligação	126.404	0,13
José Maria Eymael (PSDC)	José Paulo da Silva Neto (PSDC)	Sem coligação	63.294	0,07
Luciano Bivar (PSL)	Américo de Souza (PSL)	Sem coligação	62.064	0,06

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Tribunal Superior Eleitoral (2006).

Em 2006, apesar dos escândalos de corrupção de seu primeiro mandato, Lula foi reeleito e colhia os frutos de um governante com alta popularidade. De acordo com Britto (2014), a reeleição é justificada por meio dos programas de transferência de renda e benefícios sociais concedidos em seu governo.

Conforme Abensur, Cribari-Neto e Menezes (2007), Lula obteve em 2006 melhores resultados nos locais menos desenvolvidos do país. "Tal padrão seria o resultado de um governo voltado para os cidadãos mais pobres do Brasil. A oposição entendeu esse padrão como resultante das políticas paternalistas do governo" (ABENSUR; CRIBARI-NETO; MENEZES, 2007, p. 2).

De acordo com os autores, é possível identificar políticas bem-sucedidas que podem explicar a votação de Lula em sua reeleição. "O governo do presidente Lula, manteve uma política monetária equilibrada e uma trajetória decrescente das taxas de juros, o que garantiu estabilidade de preços e um ambiente econômico favorável ao investimento" (ABENSUR; CRIBARI-NETO; MENEZES, 2007, p. 2).

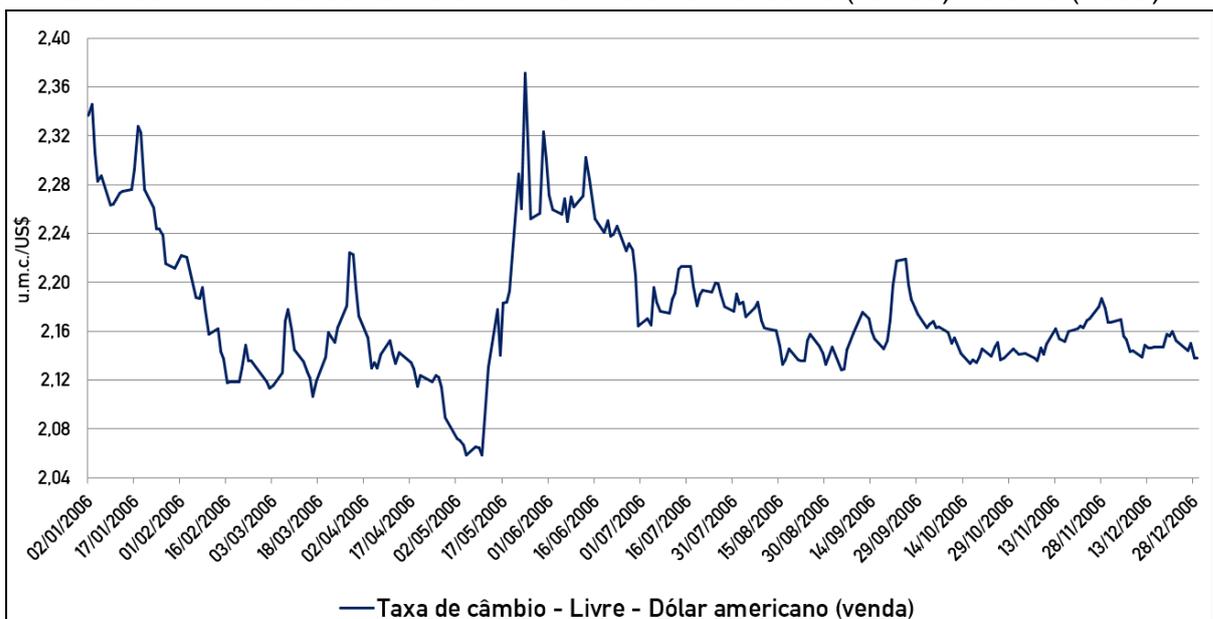
Para Canêdo-Pinheiro (2009), ficou clara a mudança no perfil da votação de Lula em 2006. "Se nas eleições presidenciais anteriores Lula foi particularmente bem-sucedido em regiões mais urbanizadas e desenvolvidas do Brasil, em 2006 o

candidato do Partido dos Trabalhadores viu sua base eleitoral migrar para regiões menos desenvolvidas do país" (CANÊDO-PINHEIRO, 2009, p. 2). De acordo com Teixeira e Pinto (2012), nas eleições de 2006, pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores obteve o voto dos eleitores de baixa renda.

Depois da turbulência enfrentada no início do primeiro mandato, Lula conciliou-se com o mercado financeiro e outros setores da economia. No segundo mandato, de acordo com Figueiras e Gonçalves (2007), houve um expressivo aumento dos recursos doados pelo setor financeiro, pelo setor de construção civil, pelo setor primário-exportador e pela indústria de *commodities*.

De acordo com Britto (2014), a evolução da variação real do salário mínimo mostra que as maiores elevações se deram nos anos de 2005, 2006, 2010 e 2012. Pode-se verificar a grande tendência na elevação do salário mínimo como forma de oportunismo eleitoral. “Apesar da regra de reajuste do salário mínimo, observa-se que os aumentos reais foram superiores no Governo Lula do que no de Dilma” (BRITTO, 2014, p. 39). Com relação às despesas do governo federal, referente a encargos, pessoal, custeio e capital, conforme Britto (2014), verificam-se elevações nos anos de 2006 e 2010. As despesas com encargos e pessoal são mais significativas no ano de 2006.

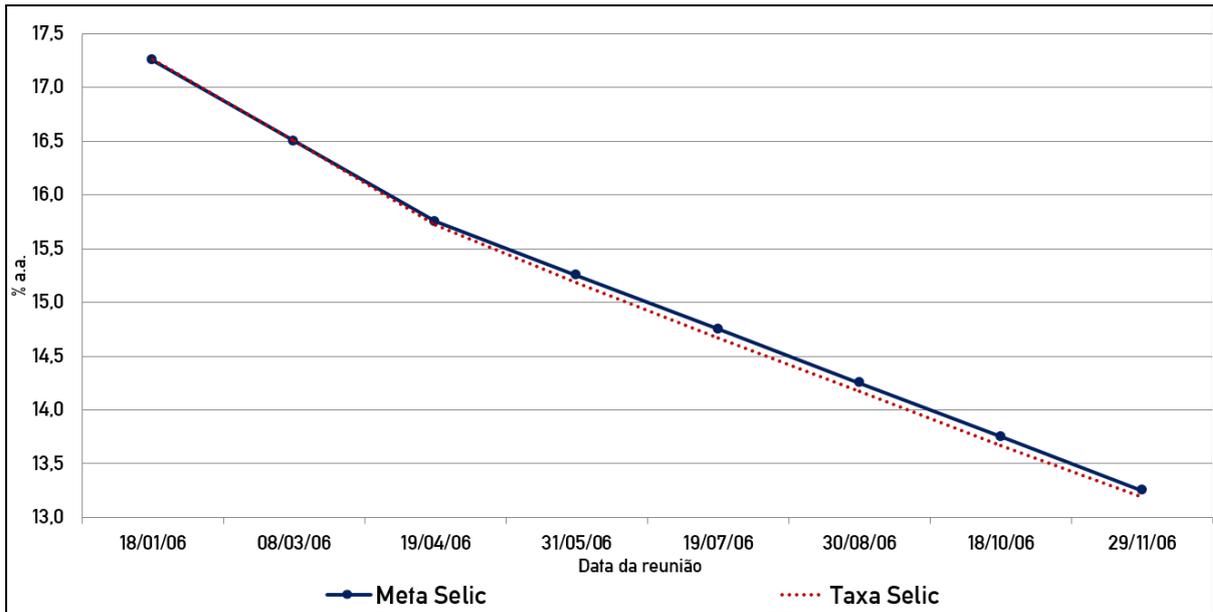
Gráfico 11 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Conforme o gráfico 11, a taxa de câmbio não apresentou grandes distorções no ano eleitoral de 2006. O ano começou com o dólar americano (venda) cotado em R\$ 2,33 e terminou desvalorizado, com a cotação em R\$ 2,14. A moeda norte-americana variou entre R\$ 2,06 em 10 de maio daquele ano e R\$ 2,37 em 24 de maio, período de maior oscilação.

Gráfico 12 – Meta e taxa de juros Selic (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

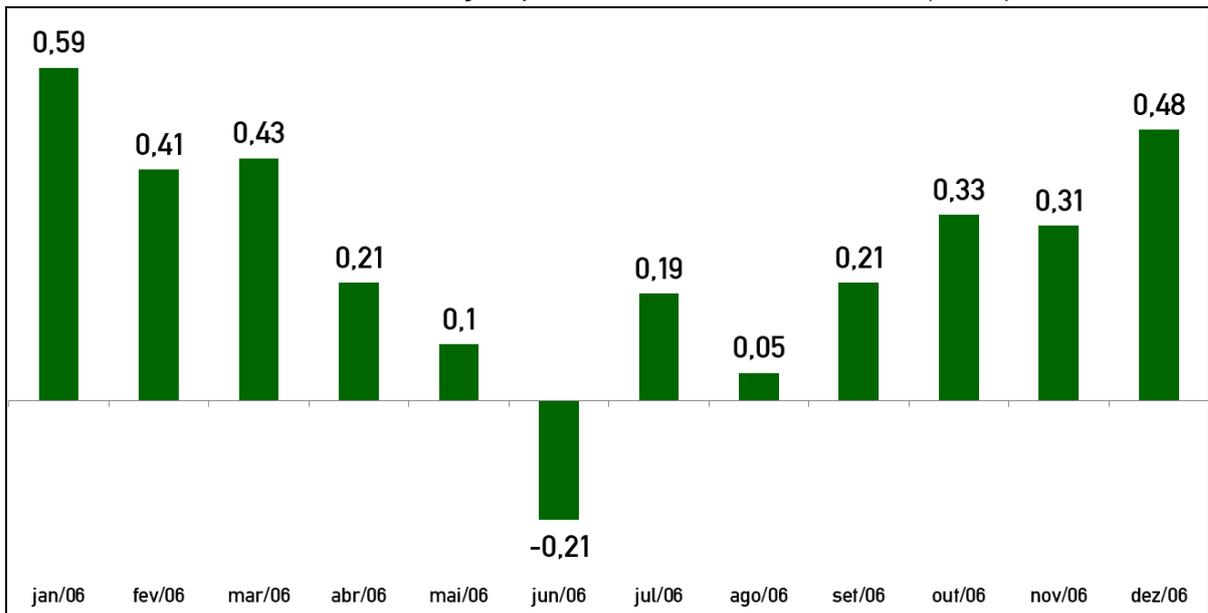
De acordo com o gráfico 12 e com a tabela 8, a meta Selic também apresentou trajetória decrescente em 2006. De janeiro a dezembro daquele ano, variou 4,25 pontos percentuais a menos.

Tabela 8 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2006)

Data	% a.a.	Varição com a meta anterior (p.p.)
18/01/2006	17,25	-0,75
08/03/2006	16,50	-0,75
19/04/2006	15,75	-0,75
31/05/2006	15,25	-0,50
19/07/2006	14,75	-0,50
30/08/2006	14,25	-0,50
18/10/2006	13,75	-0,50
29/11/2006	13,25	-0,50

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

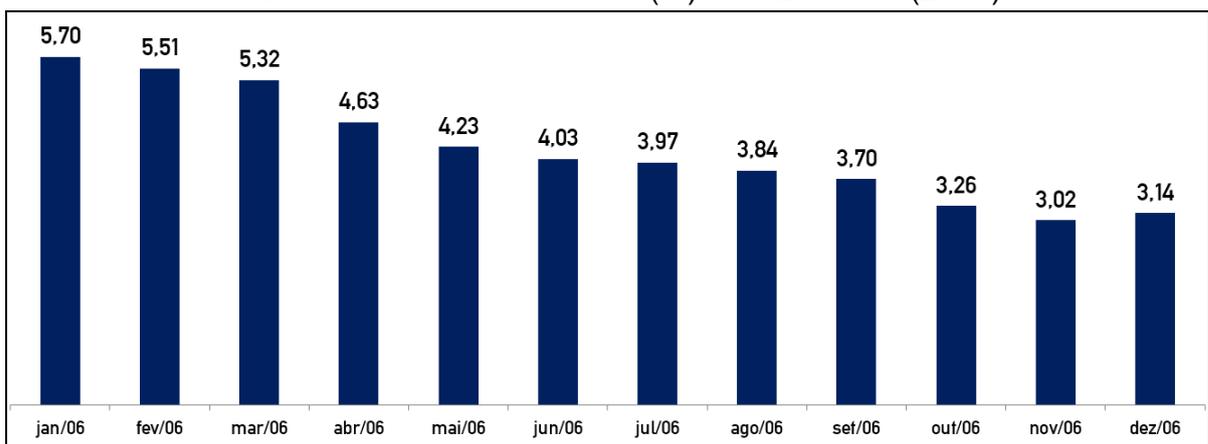
Gráfico 13 – Variação percentual mensal do IPCA (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

No gráfico 13, nota-se que a variação mensal do IPCA apresentou uma queda no mês de junho de 2006, retornando no mês de dezembro aos mesmos patamares do início daquele ano. O acumulado do IPCA em 12 meses (gráfico 14, abaixo) apresentou trajetória decrescente em 2006, com 5,70% em janeiro e 3,14% em dezembro daquele ano.

Gráfico 14 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior em 2006 (tabela 9, a seguir) é semelhante com os números de 2002. Apresentou resultados positivos em todos os trimestres do ano, sobretudo no primeiro trimestre, com aumento de

1,6% em relação ao último trimestre de 2005, impulsionado pela elevação de 6,6% na participação da importação. A menor variação ocorreu no segundo trimestre do ano, principalmente devido à queda de 6,5% na participação da exportação no PIB.

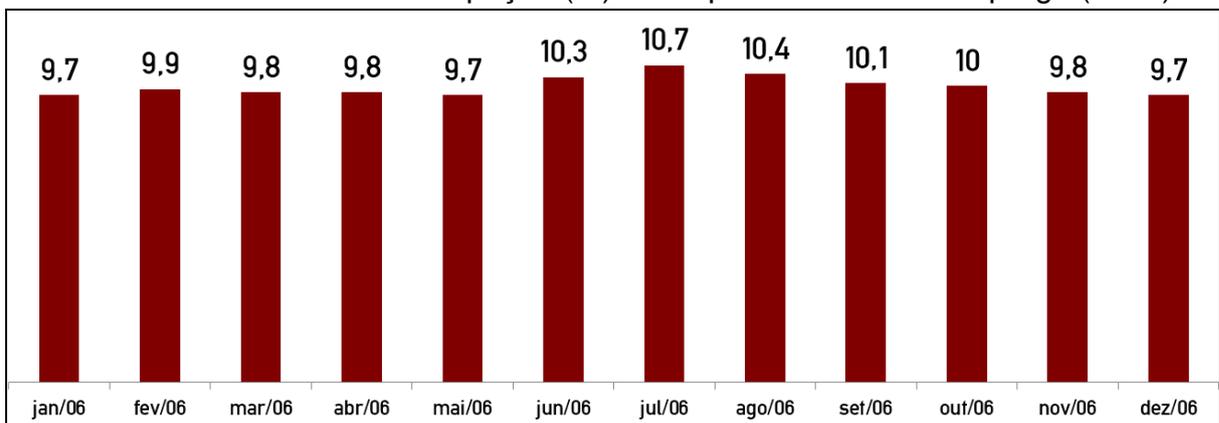
Tabela 9 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2006)

Item:	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agropecuária	3,7	0,7	4,8	0,4
Indústria	1,5	-2,3	1,7	3,4
Serviço	1,9	0,7	1,3	0,7
Consumo das Famílias	1,1	1,7	1,0	1,2
Consumo do Governo	1,3	0,0	1,2	3,7
Formação Bruta de Capital Fixo	4,2	0,8	0,5	2,7
Exportação	1,8	-6,2	13,7	-3,8
Importação	6,6	3,2	7,3	3,8
PIB (com ajuste sazonal)	1,6	0,6	1,4	1,1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

O pleito de 2006 foi marcado principalmente por uma expansão fiscal baseada em gastos com programas e benefícios sociais confirmados sob a forma de forte elevação do salário mínimo. “A continuidade na política econômica estabilizadora do Governo FHC possibilitou o oportunismo eleitoral de Lula no ano do pleito” (BRITTO, 2014, p. 44).

Gráfico 15 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

A taxa de desocupação mensal calculada pela PME em 2006 (gráfico 15) variou relativamente pouco, de 9,7% em janeiro, maio e dezembro para 10,7% em julho. "No período pré-eleitoral a taxa de desemprego converge para patamares menores, e atinge seu ponto mais baixo no quarto trimestre do ano eleitoral. Após as eleições, verifica-se nova elevação do desemprego" (BRITTO, 2014, p. 35).

A eleição presidencial de 2006 foi marcada pelo cenário favorável da economia, com a variação do dólar no ano em cerca de 30 centavos, somado ao fato da taxa de juros e da inflação terem apresentado trajetória decrescente. Enquanto a meta para a inflação em 2006 foi de 4,5% ao ano e o teto da meta foi de 6,5% ao ano, a inflação acumulada em 2006 foi de 3,14% ao ano, aquém do previsto para a meta (vide gráfico 30 na página 57). Lula conseguiu ter incentivos para forçar uma política econômica favorável aos seus objetivos eleitorais, somado ao fator social. Devido a implantação de programas sociais, Lula teve o mérito de fidelizar o apoio do eleitorado de baixa renda, que não o apoiou em eleições anteriores, todavia já obteve boa parte deste eleitorado em 2002, devido ao cenário negativo da economia no final do governo FHC.

Além do apoio dos eleitores de baixa renda, Lula obteve o aval do mercado, satisfeito pela manutenção dos pilares da política econômica do governo anterior. Apesar da boa votação que o então presidente obteve no primeiro turno (mais de 48% dos votos válidos), a eleição foi polarizada com Geraldo Alckmin, que inusitadamente teve menos votos no segundo turno do que no primeiro. Em tese, Lula somou todos os votos dos adversários que não foram ao segundo turno, mais parcela dos votos que Alckmin recebeu no primeiro turno.

3.4 Eleição de 2010

Na eleição presidencial de 2010, realizada em dois turnos – nos dias 3 e 31 de outubro, respectivamente – três candidatos foram destacados pela imprensa, sendo eles: Dilma Rousseff, pela coligação *Para o Brasil Seguir Mudando*, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo Partido da República (PR³), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), pelo Partido Social Cristão (PSC), pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) e pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN); José Serra, pela coligação *O Brasil Pode Mais*, composta pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo partido Democratas (DEM, ex-PFL), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo

³ Fusão do Partido Liberal (PL) com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

Partido da Mobilização Nacional (PMN) e pelo Partido Trabalhista do Brasil (PT do B); e Marina Silva, pelo Partido Verde (PV). Dilma Rousseff, favorita no pleito, disputou o segundo turno com José Serra. Marina Silva foi a surpresa da eleição no primeiro turno, obtendo quase 20% dos votos. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2010), Dilma foi eleita com 55.752.529 votos, correspondente a 56,05% dos votos válidos. Serra obteve 43.711.388 votos, o que representou 43,95% dos votos válidos.

Tabela 10 – Resultado da eleição presidencial de 2010 no primeiro turno

Candidato(a) a Presidente	Candidato a Vice-Presidente	Coligação	Número de votos	%
Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)	PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PC do B, PRB, PSC, PTC e PTN	47.651.434	46,91
José Serra (PSDB)	Indio da Costa (DEM)	PSDB, DEM, PTB, PPS, PMN e PT do B	33.132.283	32,61
Marina Silva (PV)	Guilherme Leal (PV)	Sem coligação	19.636.359	19,33
Plínio de Arruda Sampaio (PSOL)	Hamilton Assis (PSOL)	Sem coligação	886.816	0,87
José Maria Eymael (PSDC)	José Paulo da Silva Neto (PSDC)	Sem coligação	89.350	0,09
José Maria de Almeida (PSTU)	Cláudia Durans (PSTU)	Sem coligação	84.609	0,08
Levy Fidelix (PRTB)	Luiz Eduardo Ayres Duarte (PRTB)	Sem coligação	57.960	0,06
Ivan Pinheiro (PCB)	Edmilson Costa (PCB)	Sem coligação	39.136	0,04
Rui Costa Pimenta (PCO)	Edson Dorta Silva (PCO)	Sem coligação	12.206	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Tribunal Superior Eleitoral (2010).

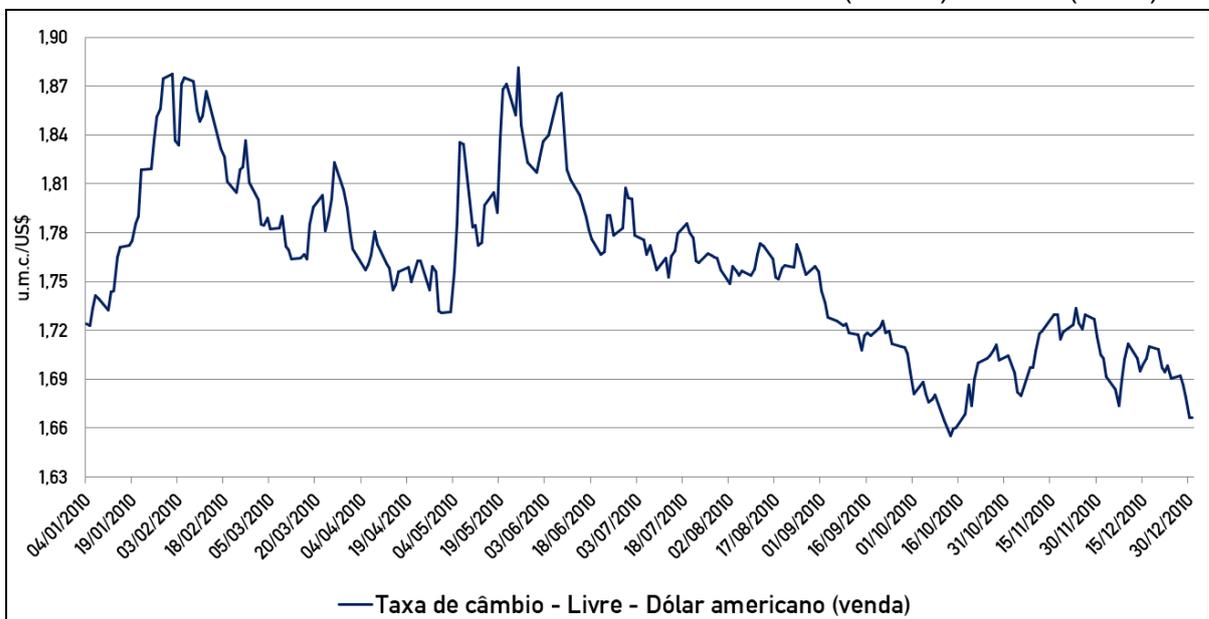
De acordo com Britto (2014), o programa Bolsa Família foi considerado fator fundamental na vitória de Lula em 2006 e na ascensão de Dilma Rousseff em 2010. “Os anos seguintes experimentam grandes elevações nos gastos, diferentemente do típico ajuste fiscal após as eleições” (BRITTO, 2014, p. 36).

Conforme Britto (2014), no ano de 2010 foi registrada grande elevação nos gastos de custeio e capital, com aumento de 41,2% em relação ao ano de 2009. “Tal fato contradiz a ideia do ciclo político de que após o ano eleitoral ocorre um forte ajuste fiscal. Após 2010, o programa Bolsa Família custou cada vez mais ao governo” (BRITTO, 2014, p. 37).

Outra variável social que pode exemplificar o comportamento cíclico eleitoral é o rendimento médio real habitual domiciliar per capita. “A intenção em avaliar tal variável é identificar se próximo ao período eleitoral o rendimento da população se eleva, e se posteriormente ao pleito se reduz” (BRITTO, 2014, p. 39).

Salvador foi a região metropolitana que obteve maior porcentagem de votos em Lula e Dilma, respectivamente. São Paulo, por outro lado, foi a região com menor índice. “Devido ao fato dessas três regiões apresentarem resultados distintos, a avaliação do rendimento da população nessas regiões pode indicar algum grau de oportunismo eleitoral” (BRITTO, 2014, p. 39).

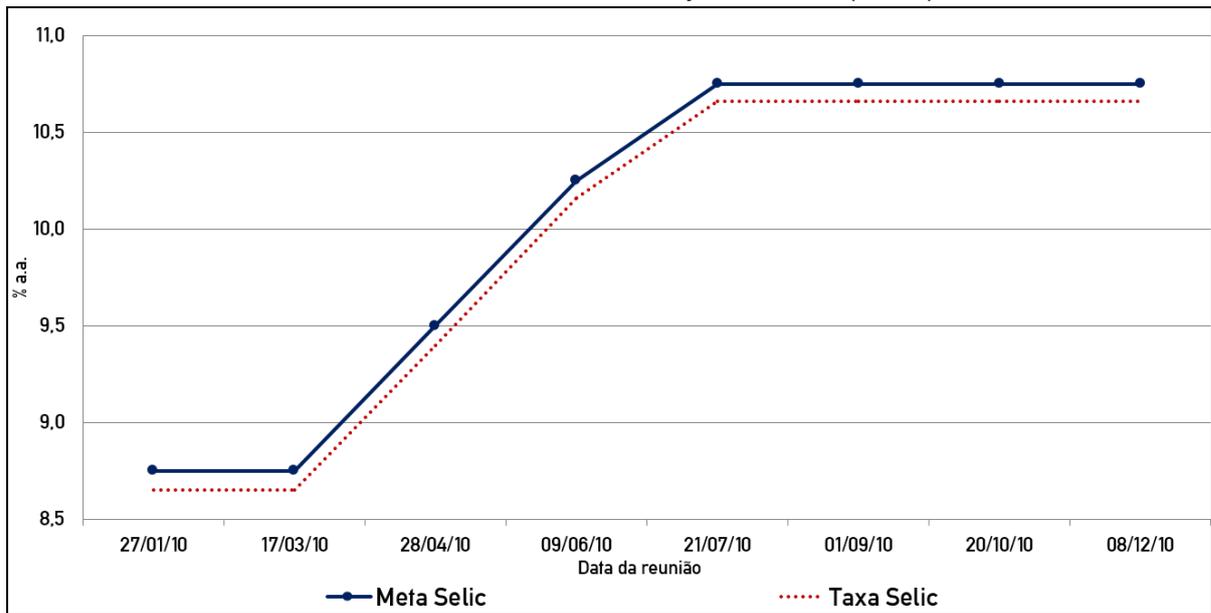
Gráfico 16 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Conforme o gráfico 16, a taxa de câmbio não apresentou grandes variações no ano eleitoral de 2010. O ano começou com o dólar americano (venda) cotado em R\$ 1,72 e terminou cotado em R\$ 1,67. A moeda norte-americana variou entre R\$ 1,65 em 13 de outubro e R\$ 2,37 em 25 de maio daquele ano.

Gráfico 17 – Meta e taxa de juros Selic (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

A taxa de juros em 2010 (gráfico 17) apresentou trajetória crescente entre abril e julho, com relativa estabilidade entre janeiro e março, além de agosto e dezembro daquele ano.

Tabela 11 – Alterações na meta Selic (% a.a.) definida pelo Copom (2010)

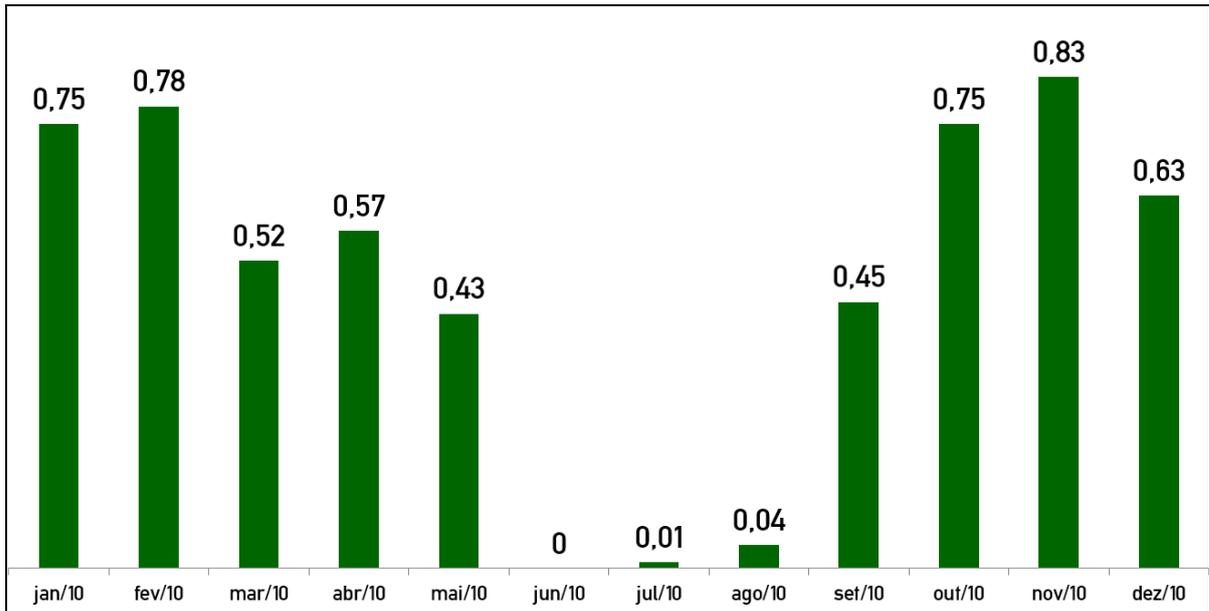
Data	% a.a.	Varição com a meta anterior (p.p.)
28/04/2010	9,50	+0,75
09/06/2010	10,25	+0,75
21/07/2010	10,75	+0,50

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Conforme a tabela 11, a meta Selic apresentou apenas três alterações em 2010, considerando que o ano começou com a meta de 8,75% ao ano. Foram elevações leves, que chegaram a 10,75% ao ano no final de julho, meta que se manteve até o ano seguinte.

No gráfico 18, a seguir, relativo à variação mensal do IPCA em 2010, apresentou-se uma queda na variação mensal na metade do ano, entre junho e agosto, durante o início do processo eleitoral, chegando a zerar no mês de junho. Após este período, a variação retornou aos patamares do início do ano.

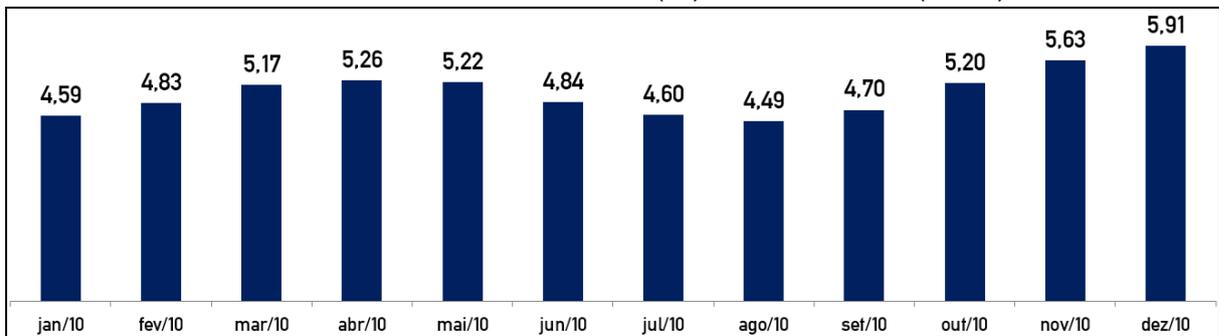
Gráfico 18 – Variação percentual mensal do IPCA (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Em relação ao acumulado do IPCA em 12 meses em 2010 (gráfico 19, abaixo) foi registrada uma relativa estabilidade na faixa entre 4,5% e 6%, com leve queda entre julho e setembro de 2010, durante o processo eleitoral.

Gráfico 19 – IPCA acumulado (%) em 12 meses (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

No ano de 2010, a variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior (tabela 12, a seguir) foi positiva em todos os trimestres, com maior crescimento no segundo trimestre (1,8%) e com menor crescimento no último trimestre (1,1%).

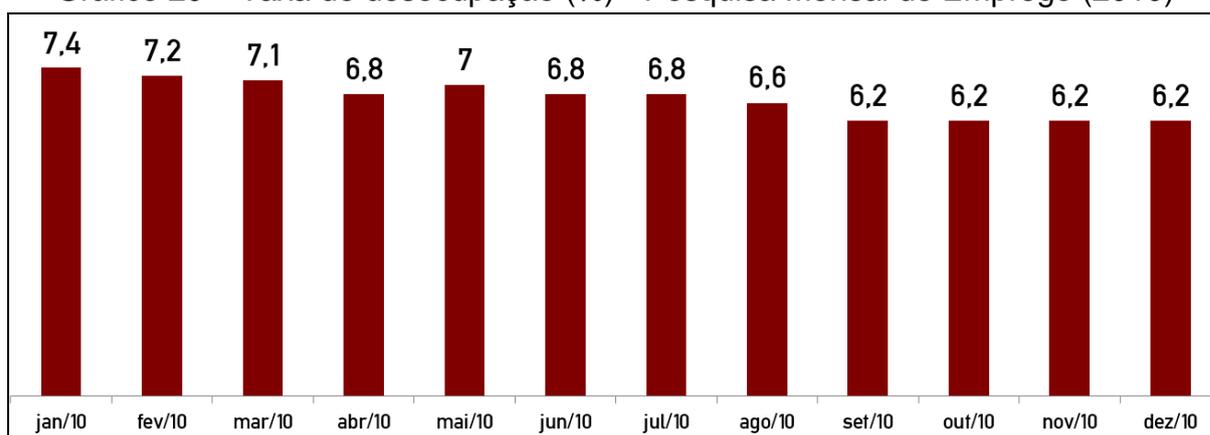
Tabela 12 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2010)

Item:	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agropecuária	1,8	2,7	-2,6	1,7
Indústria	2,4	1,4	0,3	1,7
Serviço	1,5	1,2	1,5	1,0
Consumo das Famílias	1,4	1,1	2,2	1,9
Consumo do Governo	0,9	0,6	1,0	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	2,7	1,3	3,6	0,2
Exportação	11,5	-0,9	3,3	-0,4
Importação	10,6	2,6	8,4	0,9
PIB (com ajuste sazonal)	1,6	1,8	1,2	1,1

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

A taxa de desocupação mensal calculada pela PME em 2010 (gráfico 20, abaixo) registrou uma leve queda do desemprego durante o ano, de 7,4% em janeiro para 6,2% em dezembro.

Gráfico 20 – Taxa de desocupação (%) - Pesquisa Mensal de Emprego (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

O cenário econômico durante a eleição presidencial de 2010, em muitos aspectos, foi melhor do que na eleição de 2006. O dólar chegou a valores semelhantes ao início do Plano Real. A taxa de juros cresceu, porém, o aumento foi menor que dois pontos percentuais. A variação dos preços se manteve estável, com leves oscilações. Enquanto a meta para a inflação em 2010 era de 4,5% ao ano e o teto da meta era de 6,5% ao ano, a inflação acumulada em 2002 foi de 5,91% ao ano, entre a meta e o teto da meta (vide gráfico 35 na página 62). O então presidente Lula optou por escolher um nome de fora da política tradicional para disputar sua reeleição e logrou êxito. Lula, mais uma vez, conseguiu ter incentivos para forçar uma política econômica favorável aos objetivos eleitorais do seu partido.

4 EFEITOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NOS PERÍODOS PÓS-ELEITORAIS

No presente capítulo, será abordado os efeitos da política econômica durante o período subsequente às eleições. Tem como objetivo comparar com a política econômica adotada durante os anos eleitorais. Para a análise, foram escolhidos os três primeiros anos de cada mandato: o período entre 1º de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2001 (Governo FHC II); o período entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2005 (Governo Lula I); o período entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2009 (Governo Lula II); e o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013 (Governo Dilma I).

4.1 Governo FHC II

Para Samuels (2003), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso realizou muitas reformas, porém seu governo deixou de resolver importantes problemas. “O Plano Real estancou a inflação, estabilizou a economia e deu condições ao governo federal de conter os gastos descontrolados dos Executivos estaduais e municipais, que tinham sido o principal fator de instabilidade macroeconômica” (SAMUELS, 2003, p. 805).

De acordo com Samuels (2003), as políticas monetária, cambial e fiscal que o governo FHC escolheu seguir criaram novos obstáculos com os quais o ex-presidente Lula se defrontou e que se impõe aos governos posteriores. “Apesar de grandes vitórias, essas políticas transferiram os piores aspectos da crise fiscal brasileira do plano federal para o das subunidades federativas, o que tornou o problema mais administrável, mas não o eliminou” (SAMUELS, 2003, p. 806).

As medidas macroeconômicas do governo FHC não tiveram apenas um custo fiscal direto. “A política fiscal do governo impediu que se fizessem reformas mais amplas em outras áreas. Os esforços concentraram-se na redução do chamado ‘custo Brasil’, que torna os produtos brasileiros menos competitivos” (SAMUELS, 2003, p. 824).

Para Teixeira e Pinto (2012), as reformas empreendidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso seguiam nas linhas gerais preconizadas pelo chamado

Consenso de Washington. "Consiste na abertura comercial e financeira, nas privatizações, nas reformas pró-mercado e na condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes)" (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 916).

De acordo com Bresser-Pereira (2002), em torno de FHC formou-se uma ampla coalizão político-social caracterizada pela participação de todas as classes sociais, principalmente da classe média profissional e da capitalista. "Era legítimo esperar que a nova coalizão política tivesse condições de permanecer no poder por muitos anos promovendo o desenvolvimento econômico do país e tornando-o, como o próprio presidente sempre assinalava, menos injusto" (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 2).

Nos oito anos do governo Fernando Henrique, a carga tributária cresceu de 28% para 34% do PIB e grande parte deste excedente foi gasto em programas sociais. "No final de seu governo é preciso reconhecer que, embora o país continue essencialmente injusto, avanços significativos foram realizados na área social" (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 4).

Para Bresser-Pereira (2002), FHC não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixou uma herança pesada para o sucessor em termos de altas dívidas e de altos déficits.

De acordo com Bresser-Pereira (2002), Fernando Henrique foi extremamente bem-sucedido quando, como Ministro da Fazenda, liderou o Plano Real em 1994 e estabilizou os preços. "O ajustamento fiscal insatisfatório nos primeiros quatro anos e as altas taxas de juros impediram o equilíbrio fiscal, seja porque a taxa de câmbio sobrevalorizada levou a grandes déficits em conta corrente, e a grande aumento da dívida externa" (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 14).

De acordo com Teixeira (2006), instabilidade foi a palavra chave para o Brasil no biênio 2001-2002. "A instabilidade ocorreu tanto devido a choques externos como a crise da Argentina, como choques internos na forma de distúrbios nas variáveis macroeconômicas, racionamento de energia e início de novo ciclo eleitoral" (TEIXEIRA, 2006, p. 21).

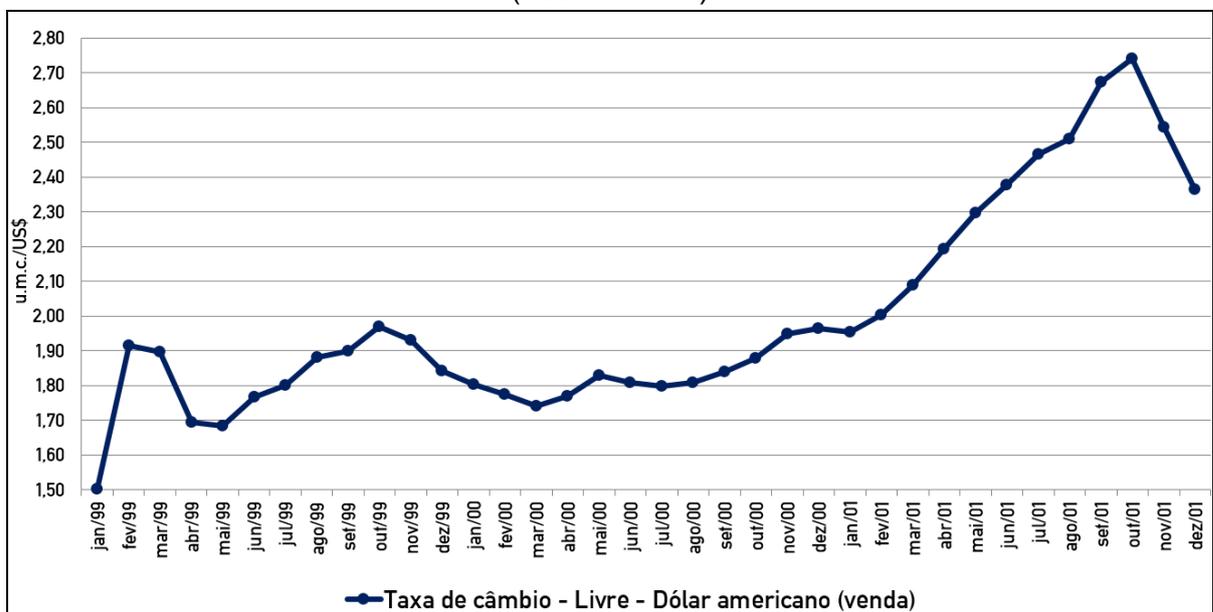
Em 2001, um ano antes da explosão da desvalorização, a América Latina começava a sofrer os efeitos da crise que afetou a Argentina. "O Brasil, nesse mesmo período, passa por uma intensa crise de fornecimento de energia, pondo em xeque a estabilidade do setor infraestrutural nacional." (TEIXEIRA, 2006, p. 11).

De acordo com Samuels (2003), o governo FHC precisou da receita das contribuições para gerar superávits orçamentários. “As normas constitucionais que permitem ao governo arrecadar toda a receita das contribuições deixaram o governo FHC entre a cruz e a caldeirinha no tocante à reforma fiscal” (SAMUELS, 2003, p. 825).

A gestão macroeconômica, baseada no Plano Real, foi o maior êxito do governo de Fernando Henrique Cardoso. “As medidas tomadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso consolidaram os problemas no plano federal, revelando toda a extensão das perdas, mas não livraram o país do dano causado por governos anteriores” (SAMUELS, 2003, p. 829).

Em 15 de janeiro de 1999, o Banco Central deixou de utilizar as reservas internacionais, no qual foi anunciado três dias depois. “Em 18 de janeiro de 1999, uma segunda-feira, foi oficialmente anunciado que a política cambial brasileira passaria a uma de taxas de câmbio flutuantes. Era o fim da experiência de ancoragem cambial no Brasil” (SOARES, 2006, p. 34).

Gráfico 21 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (1999 a 2001)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Na primeira quinzena de 1999, houve uma mudança significativa no regime cambial. O sistema de banda cambial foi substituído pelo câmbio flutuante. Com a mudança, a taxa de câmbio disparou entre janeiro e fevereiro de 1999. A média

mensal do dólar americano (gráfico 21) passou de R\$ 1,50 para R\$ 1,91. Dali em diante, a taxa de câmbio oscilou nos meses seguintes e o dólar passou a valorizar-se sucessivamente de janeiro a outubro de 2001. Em janeiro daquele ano, a média mensal do dólar americano era de R\$ 1,95 e passou para R\$ 2,74 em outubro de 2001, maior média mensal da taxa de câmbio atingida no período analisado.

De acordo com Oliveira e Turolla (2013, p. 209)

A reversão do bom momento vivido pela economia brasileira foi causada por uma combinação de choques adversos nos terrenos externo e doméstico: a crise de oferta de energia elétrica, a desaceleração da economia norte-americana, a crise da economia argentina, os atentados de 11 de setembro e os escândalos contábeis que afetaram empresas norte-americanas. Tal sucessão de eventos depreciou fortemente o câmbio e fez retrair os investimentos produtivos.

Durante o primeiro governo FHC, a taxa de inflação conseguiu ser controlada por meio da utilização da âncora cambial. "Após a maxidesvalorização da moeda em 1999 o governo implementa o sistema de metas inflacionárias, sendo o principal instrumento de controle a taxa básica Selic" (TEIXEIRA, 2006, p. 31).

De acordo com Badani (2003), o sistema cambial flutuante adotado a partir de janeiro de 1999 não contribuiu para o equilíbrio do câmbio real, observando-se uma forte desvalorização cambial. "Em períodos de otimismo na economia brasileira, o câmbio real tende a se valorizar, enquanto que, em períodos de pessimismo o câmbio real tende a se desvalorizar" (BADANI, 2003, p. 105).

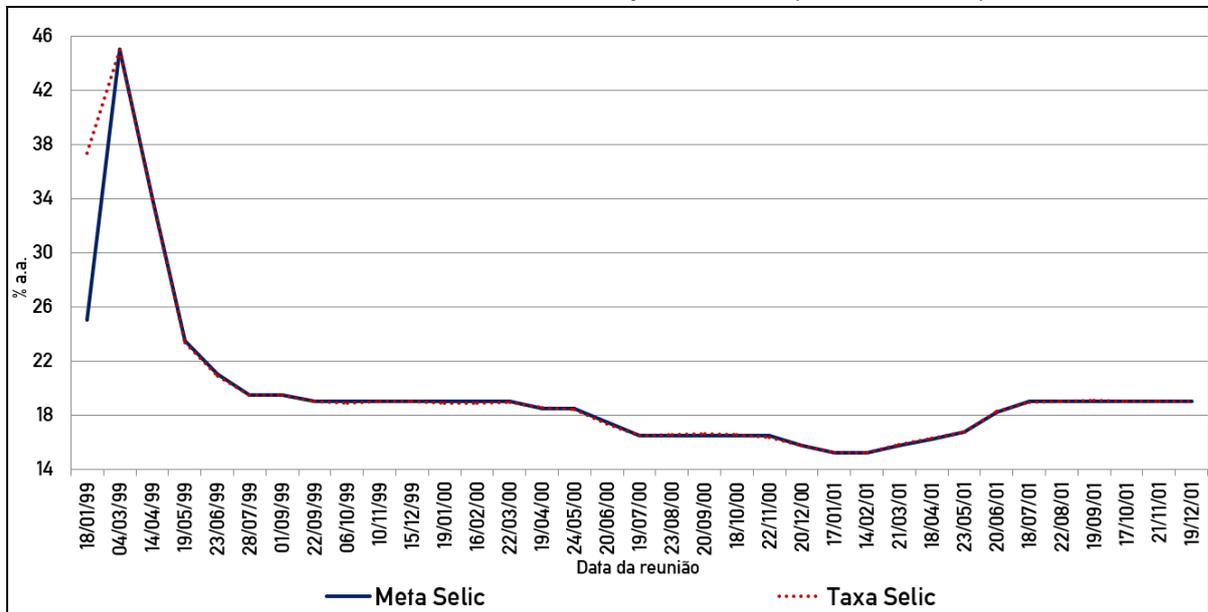
Para Soares (2006), dada a falta de credibilidade do governo, o mercado não absorveu bem o novo regime. "Nos dois primeiros dias de funcionamento da banda diagonal endógena, a taxa de câmbio estava sob forte pressão cambial, fazendo com que as autoridades monetárias despendessem significativos montantes de reservas internacionais" (SOARES, 2006, p. 34).

O esforço do governo de Fernando Henrique Cardoso em eliminar os problemas fiscais brasileiros foi bem-sucedido. "As consequências econômicas do Plano Real puseram os Executivos regionais numa posição mais frágil, o que permitiu ao governo federal negociar controles fiscais mais estritos sobre as finanças dos estados e municípios" (SAMUELS, 2003, p. 827).

Para Samuels (2003), o governo FHC conseguiu aumentar de modo notável a capacidade do governo federal para gerar receita tributária, alcançando níveis de arrecadação recordes. "Aumentos da base tributária, novos impostos, melhora da

eficiência administrativa e crescimento econômico lento, mas constante, ajudaram a incrementar a arrecadação da União” (SAMUELS, 2003, p. 827).

Gráfico 22 – Meta e taxa de juros Selic (1999 a 2001)

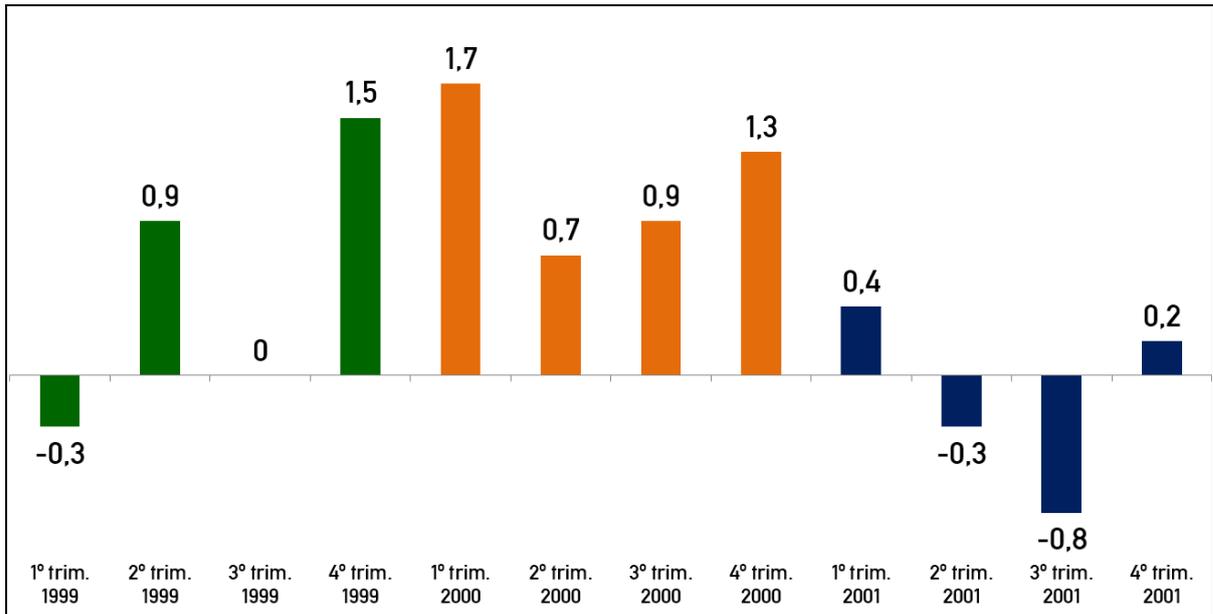


Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

O maior nível registrado da meta Selic entre 1999 e 2001 foi o de 4 de março, com uma taxa relativa a 45%, tendo, a seguir, retornado aos patamares definidos pela primeira reunião do Copom, realizada em 18 de janeiro de 1999, seguida por uma trajetória decrescente (vide gráfico 22) e uma queda maior entre julho de 2000 e julho de 2001. De acordo com Oliveira e Turolla (2013), atingiu-se em março de 2001 o patamar mais baixo em termos nominais da história da taxa Selic, com cerca de 15% ao ano. A relativa calma foi interrompida ainda no primeiro trimestre do ano de 2001, quando a taxa Selic retomou o movimento de alta.

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 1999 e 2001 (gráfico 23, a seguir) foi positiva na maioria dos trimestres, com destaque no primeiro trimestre de 2000, em que o crescimento foi de 1,7% em relação ao quarto trimestre de 1999. Houve queda no PIB em três ocasiões, com destaque para o terceiro trimestre de 2001, quando a queda foi de 0,8% em relação ao trimestre anterior. No terceiro trimestre de 1999, a variação foi nula em relação ao trimestre anterior. O Brasil entrou em recessão técnica no primeiro trimestre de 1999 e no terceiro trimestre de 2001, pois a variação trimestral do PIB também foi negativa nos trimestres anteriores.

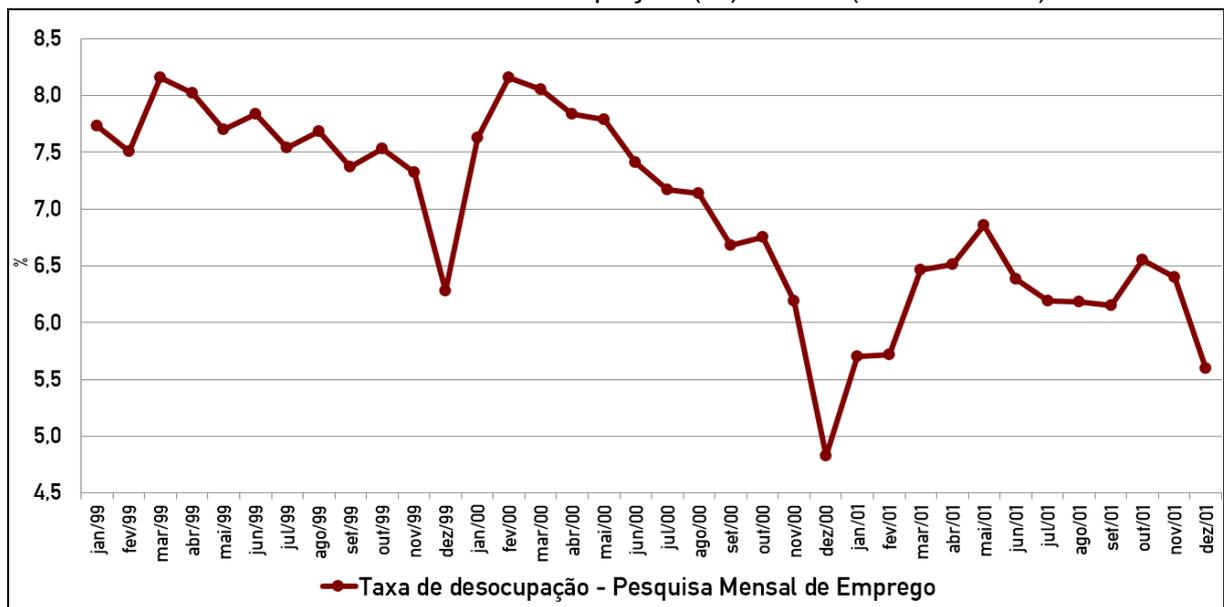
Gráfico 23 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (1999 a 2001)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

Entre 1999 e 2001, a taxa de desocupação mensal calculada pela PME (gráfico 24, a seguir) obteve o menor índice em dezembro de 2000 (4,83%) e o maior índice em fevereiro de 2000 (8,16%). O ano de 1999 começou com a taxa estimada em 7,73% em janeiro e o ano de 2001 encerrou com a taxa estimada em 5,6% em dezembro daquele ano.

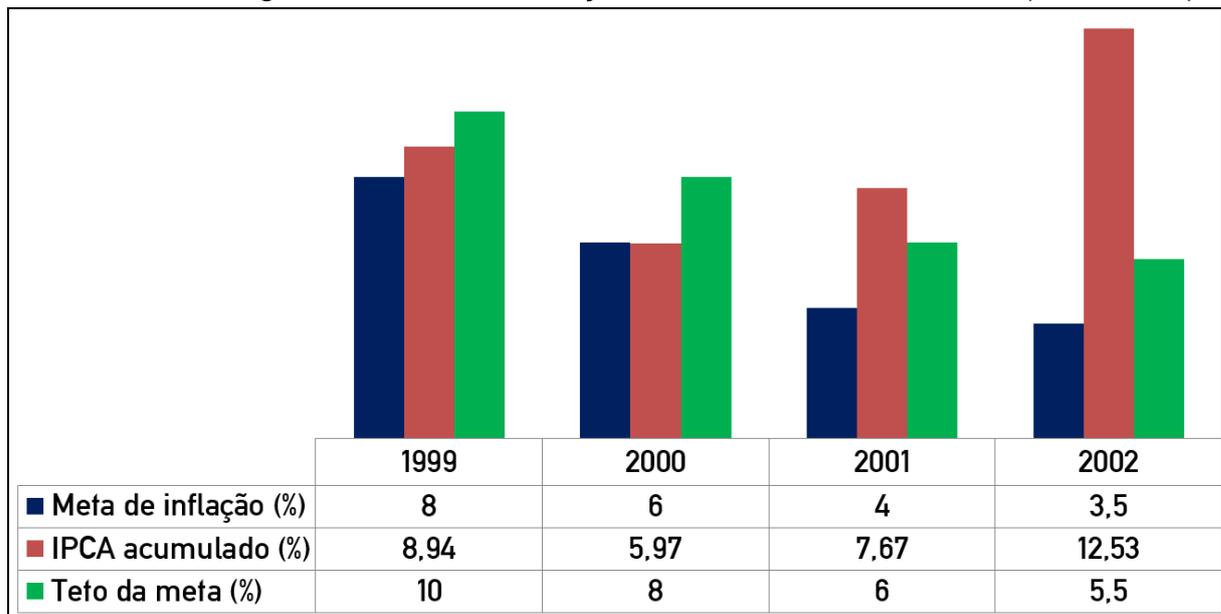
Gráfico 24 – Taxa de desocupação (%) - PME (1999 a 2001)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

Em relação ao regime de metas para a inflação (gráfico 25, abaixo), a inflação esteve entre a meta e o teto da meta em 1999. No ano de 2000, a inflação foi inferior à meta. Em 2001 e em 2002, a inflação foi superior ao teto da meta estipulado, o que indica um quadro de instabilidade econômica nos dois últimos anos do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no ano que definiu seu sucessor.

Gráfico 25 – Regime de metas de inflação durante o Governo FHC II (1999-2002)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

O segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou em 1º de janeiro de 1999 e findou em 31 de dezembro de 2012. Com a mudança da âncora cambial para o câmbio flutuante, no início de 1999, e a consequente alta do dólar seguido pelo aumento da taxa de juros e dos preços, houve uma frustração por parte dos eleitores, que acarretou na queda de popularidade do ex-presidente.

Em relação à taxa de juros, o governo conseguiu estancar o aumento que ocorreu em 1999 e manteve a meta Selic na faixa dos 20% ao ano até o final do mandato. O governo teve o agravante de enfrentar o efeito de crises político-econômicas internacionais, sobretudo a que afetou a Argentina em 2000, no qual teve o ápice com a renúncia do então presidente Fernando de la Rúa. Apesar de ter conseguido evitar uma piora mais grave da economia e manter a governabilidade política, a situação econômica e a impopularidade do governo inviabilizaram a possibilidade do grupo político do então presidente F. H. Cardoso eleger o sucessor.

4.2 Governo Lula I

Para Rennó e Spanakos (2006), a oposição em 2002, comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), chega ao poder com um discurso que combinava a manutenção de contratos com propostas de geração de emprego. “Questões econômicas estão no âmago do debate eleitoral em todas as eleições presidenciais recentes. Desta feita, como a economia afetou a alternância de partidos no poder, esta é questão central para o debate sobre eleições no Brasil” (RENNÓ; SPANAKOS, 2006, p. 12).

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), nos anos do primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a situação econômica internacional apresentou-se extraordinariamente favorável em todas as esferas. “O mundo todo cresceu e puxou o Brasil com ele, e é este o principal fator responsável pelo bom desempenho de indicadores econômicos exibidos pelo governo como se fossem resultantes da política econômica doméstica” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 214).

A melhoria da situação das contas externas e a redução da vulnerabilidade externa constituíram uma tendência geral que atingiu a maioria dos países, inclusive o Brasil. “O governo Lula não é melhor do que FHC, embora o contexto internacional seja muito mais favorável, nem melhor do que a média mundial entre 2003 e 2006” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 214).

O bom desempenho das contas externas brasileiras deve-se, sobretudo, ao crescimento das exportações, alavancadas pelo aquecimento geral do comércio mundial, particularmente no setor de *commodities*. Filgueiras e Gonçalves (2007) lembram, porém, que o crescimento das exportações, embora real, envolve problemas que a propaganda oficial do governo de Lula procurou omitir.

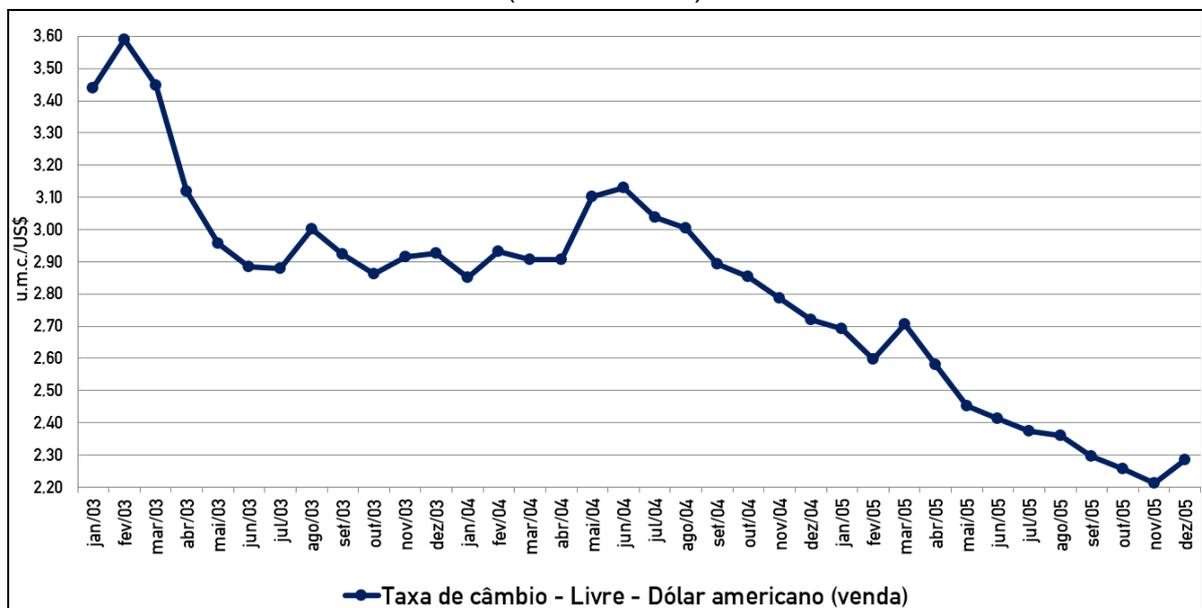
No primeiro mandato de Lula, o crescimento econômico brasileiro foi fortemente impulsionado pelo aumento das exportações e pela elevação dos investimentos dos setores exportadores. “A partir de 2006 e ao longo do segundo mandato de Lula, irá somar-se aos fatores externos a importante expansão do mercado interno, decorrente de certa flexibilização da orientação contracionista da política econômica” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 926).

Para Bresser-Pereira (2013), o crescimento da economia que se registrou a partir de 2006, ano da reeleição de Lula, foi passageiro. “Vimos a transferência de uma grande parte da população brasileira da classe D para a C, formando-se assim no Brasil um consumo de massas novo” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 6).

O declínio da dívida externa, que pesa favoravelmente na análise global da situação do país, é contrabalançado pelo aumento da dívida interna, que paga taxas de juros mais altas e vence em prazos mais curtos. “A elevação dos superávits fiscais fez com que dobrasse o montante de recursos transferidos do patrimônio público para o segmento rentista” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 215).

Para Teixeira e Pinto (2012), o governo Lula, notadamente no primeiro mandato, manteve a linha do governo anterior. “O crescimento sustentável passa pelo ajuste definitivo das contas públicas. Tal reducionismo da política fiscal limitou a capacidade do Estado em ampliar os investimentos públicos” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923).

Gráfico 26 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2003 a 2005)



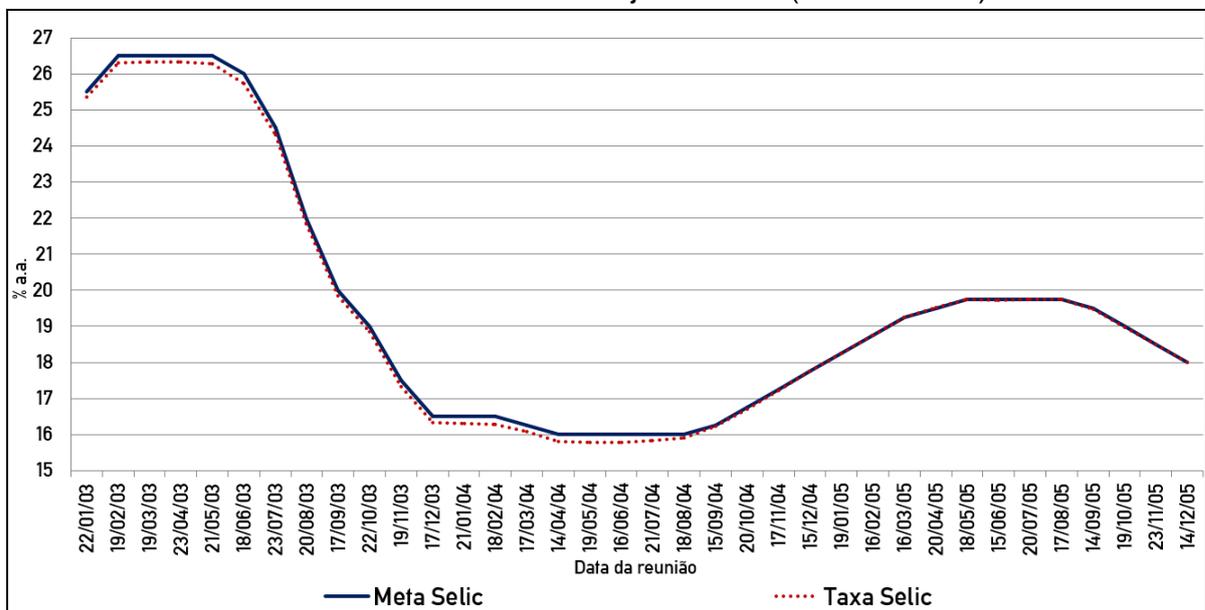
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

A taxa de câmbio apresentou uma considerável desvalorização do dólar americano no período analisado no gráfico 26, tendo em vista o alívio que as primeiras medidas do governo Lula causaram no mercado. O dólar (venda) abriu o ano de 2003, em janeiro, com média mensal cotada em R\$ 3,44, porém o auge foi

no mês seguinte, com média mensal de R\$ 3,59 em fevereiro de 2003. Depois de um aumento da cotação entre junho e julho de 2004, a trajetória passou a ser de queda, chegando em R\$ 2,21 em novembro de 2005. De acordo com Setti (2014), após a vitória de Lula e seu compromisso com a estabilidade econômica, os investidores entraram em “lua de mel” com o governo do PT.

De acordo com Toneto (2013), a melhora dos indicadores externos e fiscais levou o país à condição de grau de investimento. “Com o sistema de câmbio flutuante, a entrada de divisas, levou a uma tendência constante de apreciação cambial desde o final de 2002” (TONETO et al., 2013, p. 7).

Gráfico 27 – Meta e taxa de juros Selic (2003 a 2005)

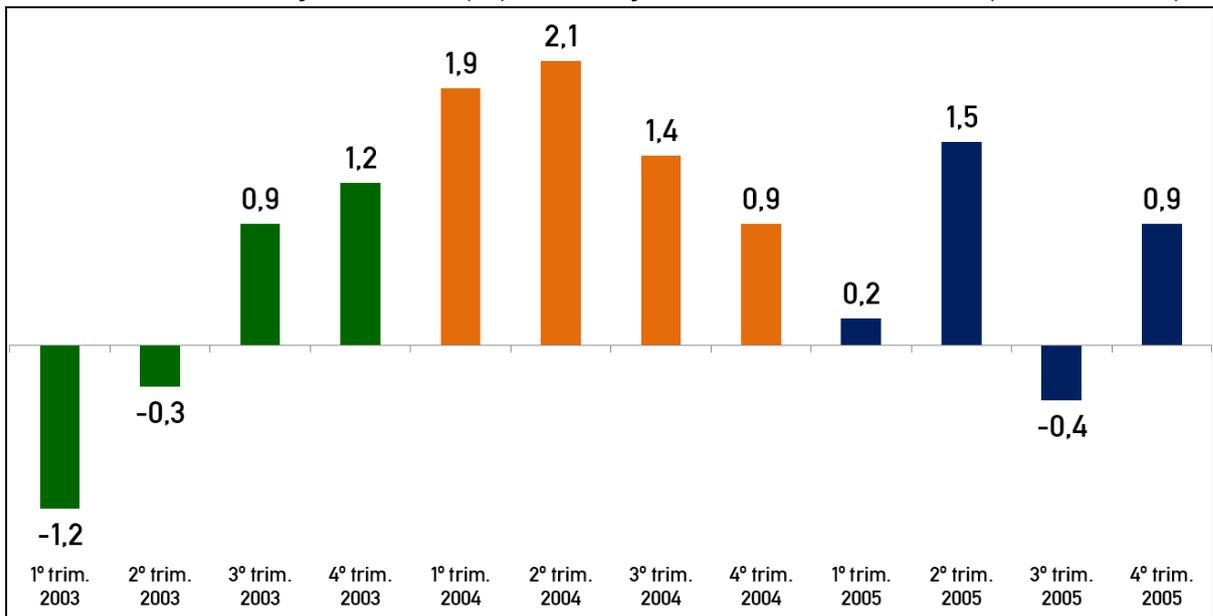


Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

De acordo com o gráfico 27, a meta Selic entre 2003 e 2005 registrou uma considerável queda entre junho de 2003 e o início de 2004. Em fevereiro de 2003, foi registrado a maior meta (26,5% ao ano) e em abril de 2004 foi registrada a menor meta (16% ao ano). Em 2005, houve uma oscilação, com o aumento da meta a partir do final de 2004, todavia longe de alcançar os patamares do início de 2003.

De acordo com Teixeira e Pinto (2014), é possível identificar dois momentos positivos e distintos do setor externo durante o governo Lula. “Entre 2003 e 2006, os elevados superávits comerciais foram os principais responsáveis pela melhora das contas. Entre 2007 e 2010, os superávits na conta capital e financeira foram os maiores impulsionadores positivos” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 924).

Gráfico 28 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2003 a 2005)

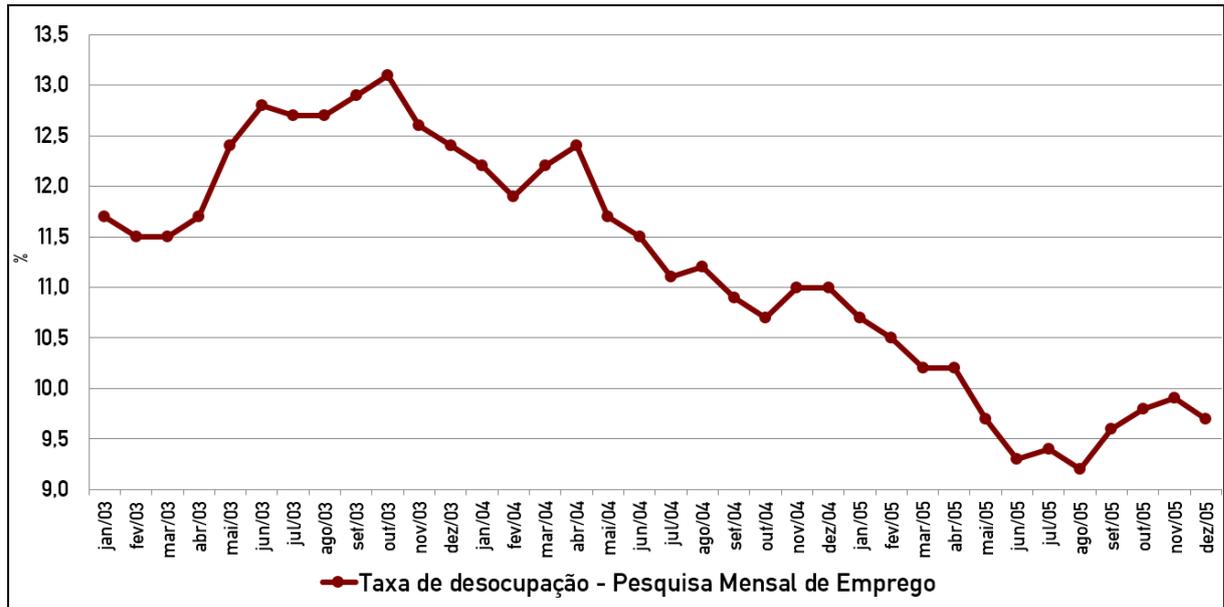


Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 2003 e 2005 (gráfico 28) foi positiva na maioria dos trimestres, sobretudo no ano de 2004, em que o crescimento do PIB chegou a 1,9% no primeiro trimestre e a 2,1% no segundo trimestre daquele ano. O destaque negativo fica para o primeiro trimestre de 2003, em que a queda do PIB em relação ao último trimestre de 2002 chegou a 1,3%. Houve queda na variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior em outras duas ocasiões. O Brasil entrou em recessão técnica no segundo trimestre de 2003, pois a variação do PIB em relação ao trimestre anterior também foi negativa no primeiro trimestre daquele ano.

Entre 2003 e 2005, a taxa de desocupação mensal calculada pela PME (gráfico 29, a seguir) apresentou trajetória decrescente e obteve o menor índice em agosto de 2005 (9,2%) e o maior índice em outubro de 2003 (13,1%). O ano de 2003 começou com a taxa estimada em 11,7% em janeiro e o ano de 2005 encerrou com a taxa estimada em 9,7% em dezembro daquele ano.

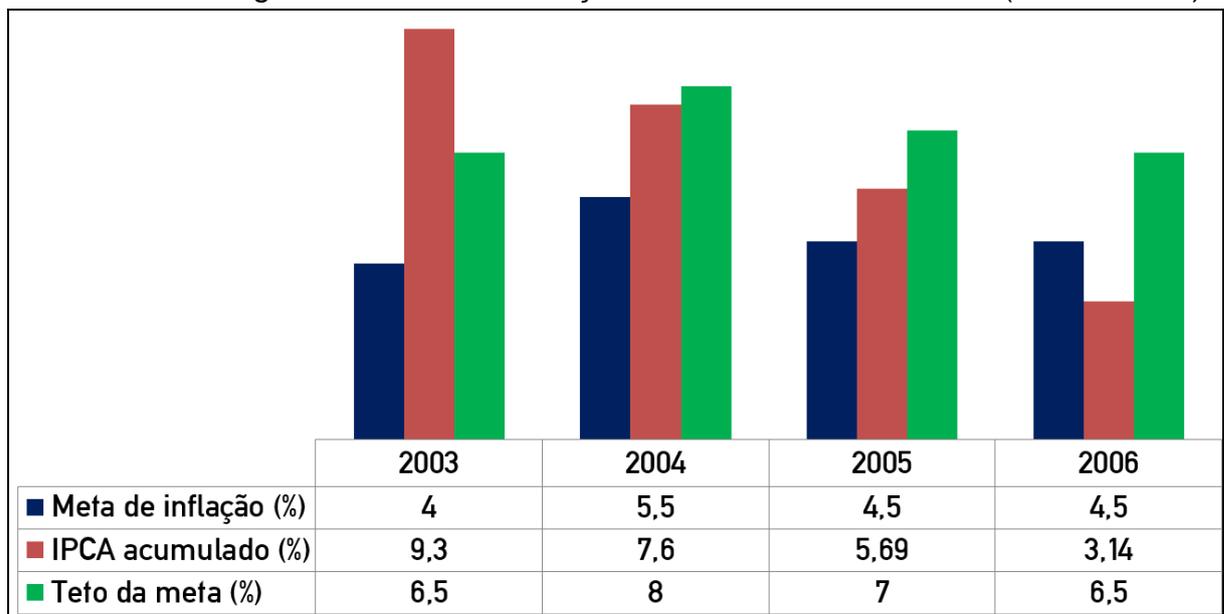
Gráfico 29 – Taxa de desocupação (%) - PME (2003 a 2005)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

Em relação ao regime de metas de inflação (gráfico 30, a seguir), o IPCA acumulado esteve consideravelmente acima do teto da meta em 2003, decorrente da desconfiança que o mercado financeiro tinha em relação ao governo Lula.

Gráfico 30 – Regime de metas de inflação durante o Governo Lula I (2003 a 2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Com as medidas tomadas pela área econômica do governo, respaldadas pelo mercado, o cenário mudou. Nos dois anos seguintes (2004 e 2005), a inflação esteve abaixo do teto da meta, sobretudo no ano eleitoral de 2006, no qual o IPCA acumulado foi menor que a meta estabelecida pelo Banco Central.

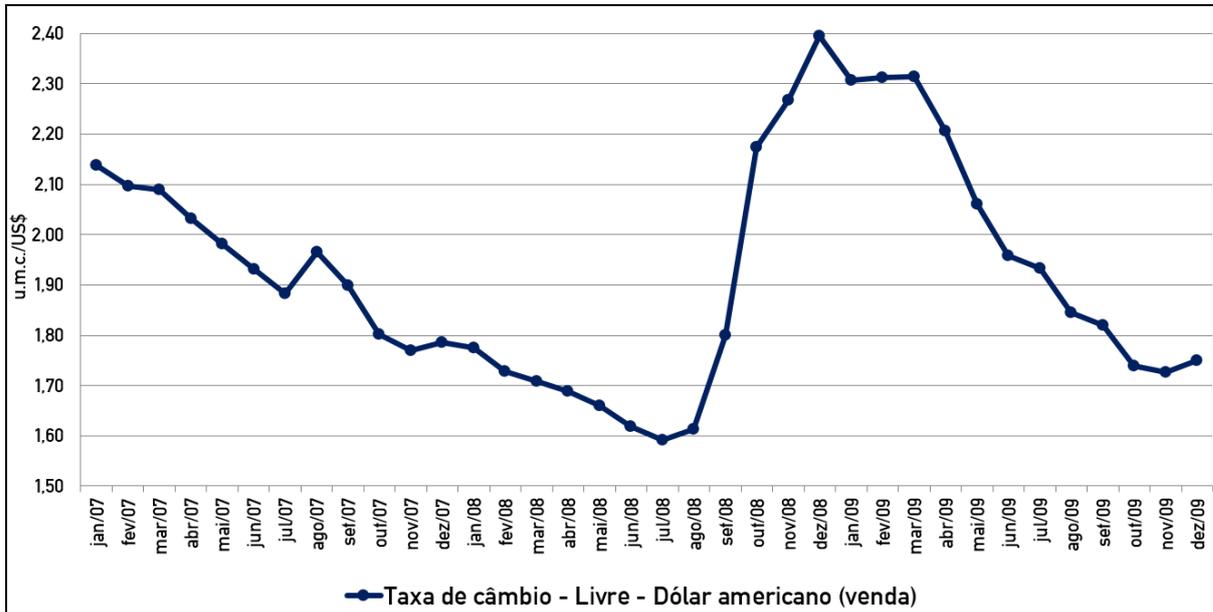
O primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou em 1º de janeiro de 2003 e encerrou em 31 de dezembro de 2006. Lula iniciou o governo herdando a preocupante situação econômica recebida do antecessor. A *Carta ao Povo Brasileiro* foi o primeiro passo que Lula, ainda candidato, teve para buscar uma aproximação com o mercado. A equipe econômica formada no início do governo, com Antônio Palocci no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles na presidência do Banco Central, consolidou esta aproximação. Tendo a confiança do mercado, a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de desocupação e a variação dos preços passaram a ter trajetória decrescente a partir de 2003. O cenário positivo manteve-se até o final do mandato, inclusive após a crise política do *Escândalo do Mensalão*, que chegou a comprometer sua reeleição, porém a boa situação da economia foi o preponderante para ter logrado êxito na eleição de 2006.

4.3 Governo Lula II

De acordo com Bresser-Pereira (2013), o governo Lula foi um governo bem-sucedido, em especial no segundo mandato. “Esse sucesso não se deveu à política macroeconômica que adotou, e sim à sorte de os preços das *commodities* exportadas pelo Brasil terem crescido extraordinariamente durante seu governo” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 5).

As finanças públicas melhoraram no governo Lula, notadamente no segundo mandato, pois a dívida líquida total do setor público veio caindo desde 2003. “O principal fator dessa queda foi a redução sistemática da dívida externa desde o início do governo. Em dezembro de 2006, o setor público passou a condição de credor externo” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 925).

Gráfico 31 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2007 a 2009)



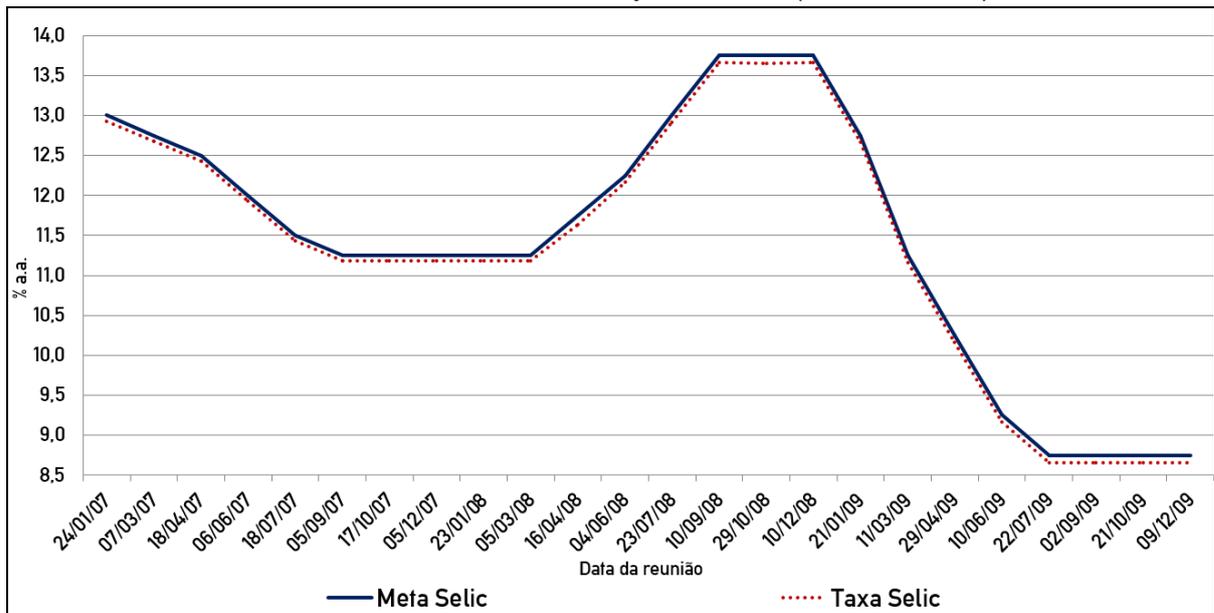
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

A média mensal da taxa de câmbio variou cerca de 80 centavos de real entre 2007 e 2009 (vide gráfico 31). O ano de 2007 começou com a média mensal de janeiro do dólar americano (venda) cotado em R\$ 2,13 e o ano de 2009 terminou com o dólar desvalorizado, tendo a média mensal de dezembro cotada em R\$ 1,75. A média mensal da moeda norte-americana variou entre R\$ 1,59 em julho de 2008 e R\$ 2,39 em dezembro de 2008.

Para Teixeira e Pinto (2012), no segundo mandato de Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica. “Tal fato se comprova por meio do aumento real no salário mínimo, da adoção de programas de transferência de renda direta, da criação do Programa de Aceleração do Crescimento e da ampliação da atuação do e das medidas de combate à crise a partir de 2009” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923).

De acordo com Teixeira e Pinto (2012), os resultados macroeconômicos dos dois governos Lula foram melhores do que os de seu antecessor. “Entre 2003 e 2010, o Brasil atravessou o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas. O PIB cresceu 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano)” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923).

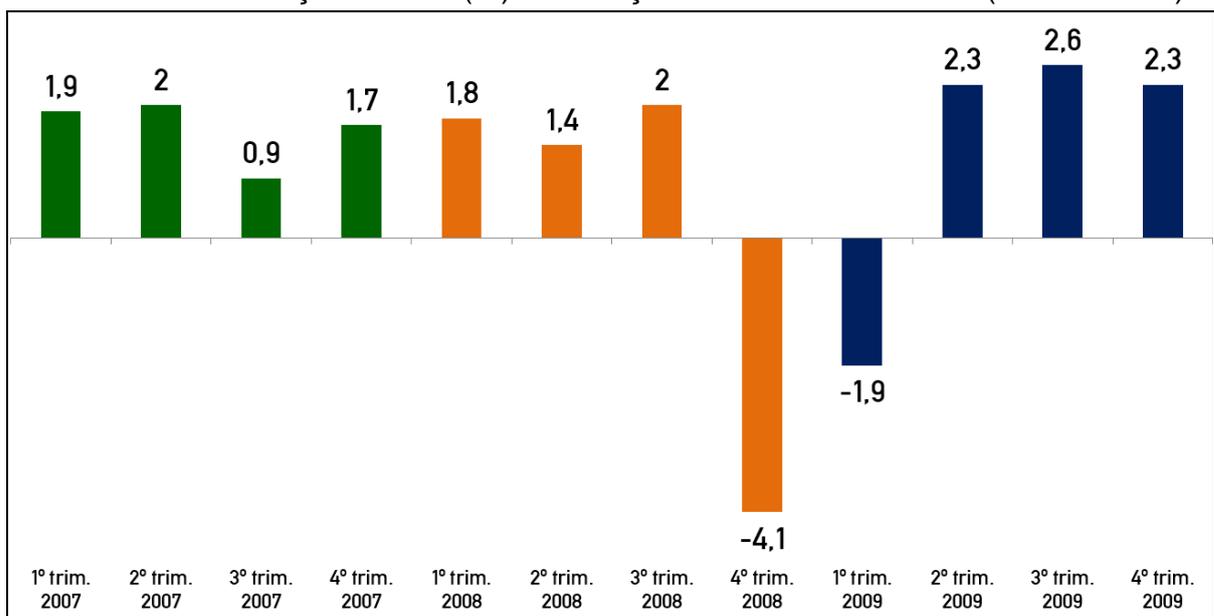
Gráfico 32 – Meta e taxa de juros Selic (2007 a 2009)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

A meta Selic, conforme o gráfico 32, oscilou entre janeiro de 2007 e janeiro de 2009, variando entre 11,25% ao ano em setembro de 2007 e 13,75% em setembro de 2008. A partir de 2009, houve uma queda significativa da meta, inferior a 10% ao ano, com 9,25% ao ano em junho e 8,75% ao ano em julho, mantendo-se estável até o final de 2009.

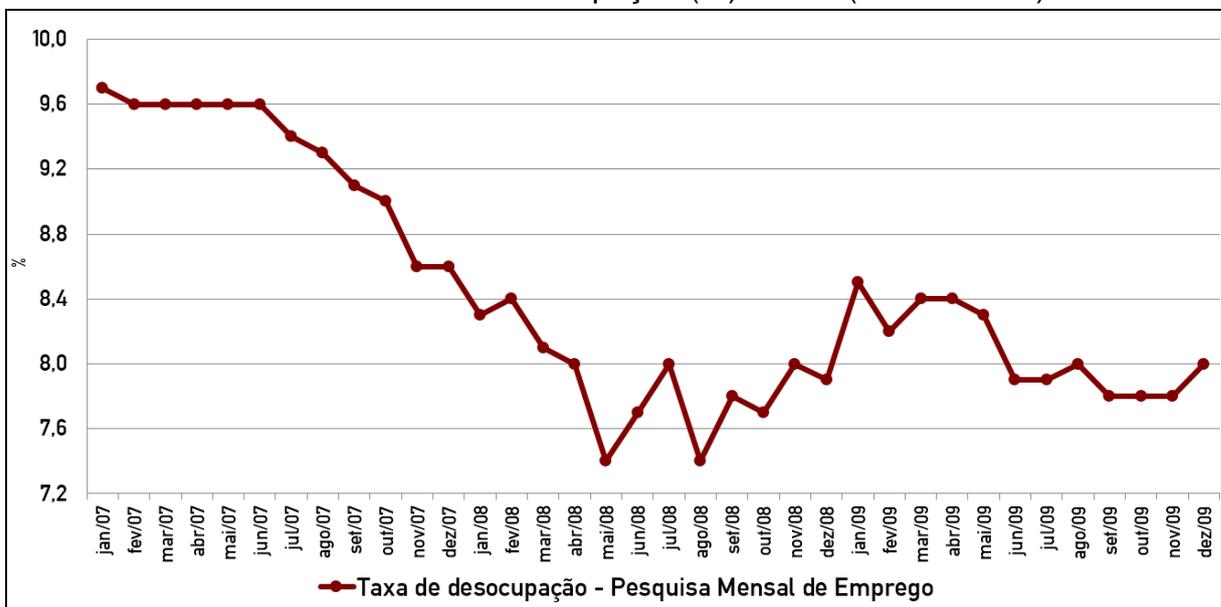
Gráfico 33 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2007 a 2009)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a).

A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 2007 e 2009 (gráfico 33) foi positiva em quase todos os trimestres, mantendo o cenário de crescimento até o quarto trimestre de 2008, quando foi registrada uma queda de 4,1% em relação ao trimestre anterior, em decorrência da crise que afetou a economia mundial naquele ano. A tendência negativa se manteve no primeiro trimestre de 2009, com queda de 1,9% do PIB em relação ao trimestre anterior, o que levou o país a um cenário de recessão técnica. O maior crescimento da variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior, com crescimento de 2,6%, ocorreu no terceiro trimestre de 2009.

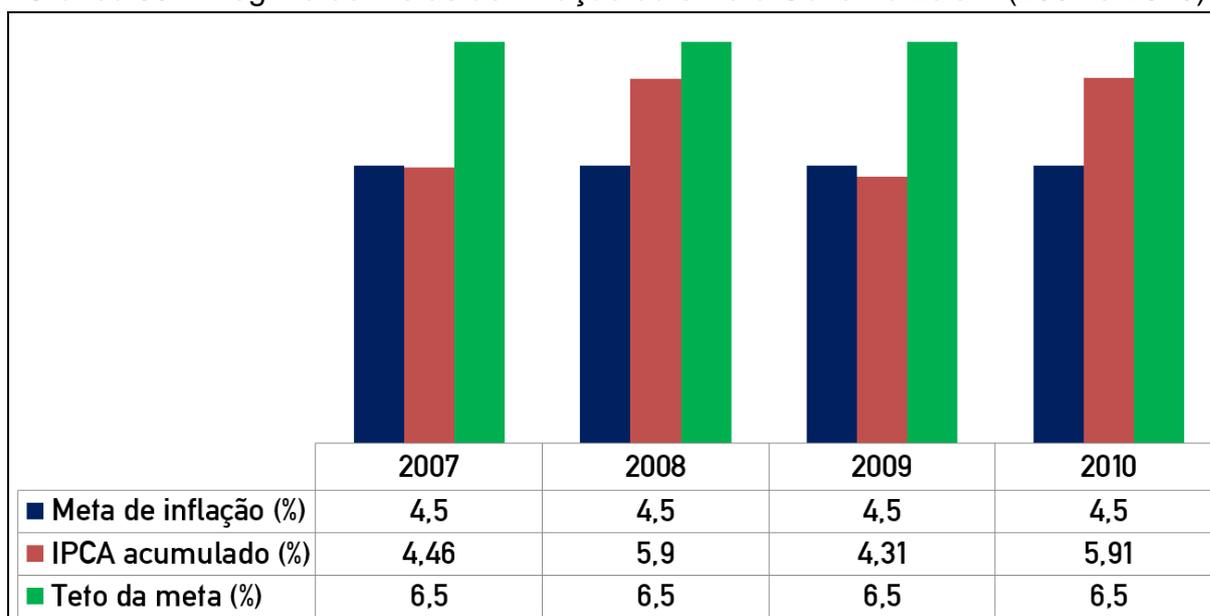
Gráfico 34 – Taxa de desocupação (%) - PME (2007 a 2009)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

A taxa de desocupação mensal calculada pela PME entre 2007 e 2009 (gráfico 34) apresentou trajetória decrescente até maio de 2008, com leve crescimento posteriormente. Obteve o menor índice em maio e agosto de 2009 (7,4%) e o maior índice em janeiro de 2007 (9,7%). O ano de 2009 encerrou com a taxa de desocupação estimada em 8% no mês de dezembro daquele ano.

Gráfico 35 – Regime de metas de inflação durante o Governo Lula II (2007 a 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

Em todos os anos do segundo mandato do governo Lula, o IPCA acumulado do ano foi inferior ao teto da meta. Em 2007 e 2009, o acumulado do IPCA também foi inferior à meta estipulada para a inflação, conforme o gráfico 35.

O segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou em 1º de janeiro de 2007 e findou em 31 de dezembro de 2010. Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, Lula conseguiu fazer um segundo mandato com maior popularidade do que o primeiro. Nos quatro anos do segundo mandato, não houve crise política nos moldes do *Escândalo do Mensalão*, o que levou Lula a ampliar sua base política e mantê-la íntegra na eleição para a sucessão do seu mandato. Todavia, a alta popularidade do ex-presidente não foi suficiente para eleger a sucessora Dilma Rousseff no primeiro turno.

Os indicadores econômicos, apesar de oscilações em alguns momentos, apresentaram resultados positivos, no qual a taxa de juros chegou a patamares na casa de um dígito. A taxa de câmbio, nos três primeiros anos do segundo mandato, variou menos de 90 centavos de real e não passou de R\$ 2,39. Em todos os anos do segundo mandato, a inflação esteve menor que o teto da meta estipulada. O cenário político e econômico foi favorável para o ex-presidente Lula apostar em um nome desconhecido da política tradicional para a sucessão e logrou êxito na empreitada.

4.4 Governo Dilma I

De acordo com Teixeira e Pinto (2012), as mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro ficaram mais claras no governo Dilma. “Especialmente em 2010 e em 2011, os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, mostraram-se claros” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 935).

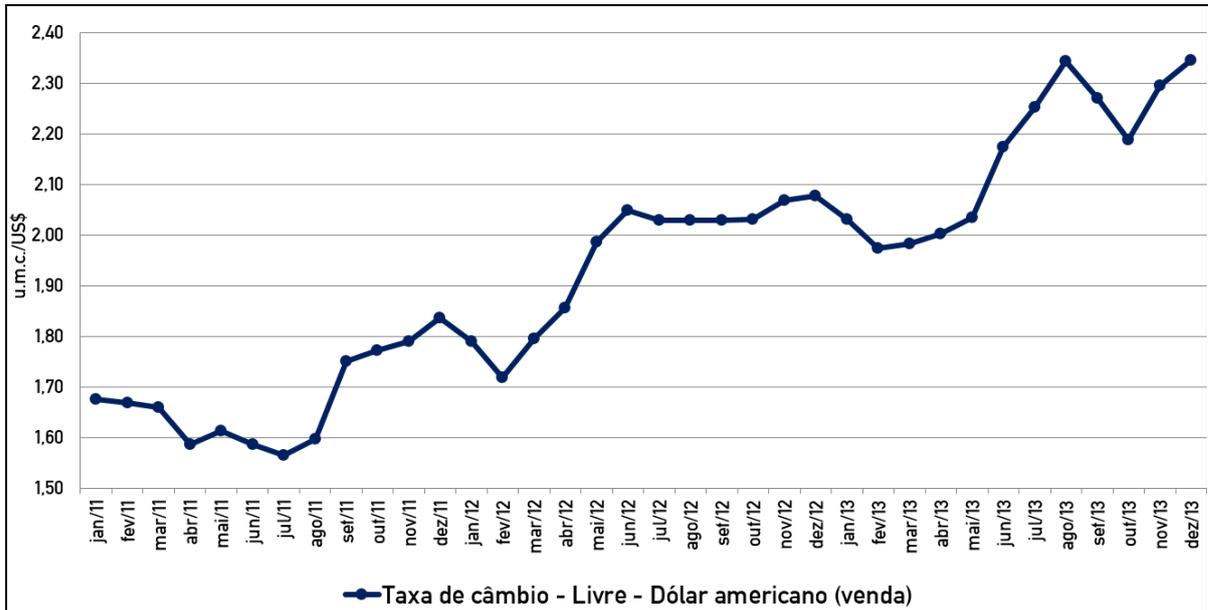
De acordo com Bresser-Pereira (2013), Dilma Rousseff compreendeu desde o início a necessidade de rever a política econômica recebida de Lula. “O governo Dilma tem dificuldade em promover a desvalorização necessária da taxa de câmbio porque ela conflita com interesses” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 11).

Para Bresser-Pereira (2013), Dilma Rousseff começou seu governo com uma proposta de continuidade do governo Lula, porém recebeu para governar um país cuja economia continuava a crescer a uma taxa inferior àquela que é necessária para um *catching up*. “Seu antecessor não havia enfrentado o desequilíbrio macroeconômico fundamental ao adotar um ‘tripé macroeconômico’ insistentemente celebrado pelos economistas ortodoxos” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9).

De acordo com Cagnin (2013), o governo Dilma Rousseff obteve resultados econômicos positivos e negativos nos primeiros anos de mandato. “Destacaram-se positivamente a redução do diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, a diminuição da dívida líquida do setor público, a obtenção de uma taxa de câmbio competitiva e a queda da taxa de desemprego” (CAGNIN, 2013, p. 183). No entanto, conforme Cagnin (2013), os resultados negativos dos primeiros anos do governo Dilma são constatados no desempenho decepcionante da indústria e dos investimentos.

A média mensal da taxa de câmbio, conforme gráfico 36, a seguir, variou cerca de 80 centavos de real entre 2011 e 2013. O ano de 2011 começou com a média mensal do dólar americano (venda), em janeiro, cotado em R\$ 1,67 e o ano de 2013 terminou com o dólar valorizado, tendo a média mensal de dezembro cotada em R\$ 2,34. Com algumas oscilações registradas, a trajetória foi praticamente crescente, com a maior média mensal registrada em dezembro de 2013.

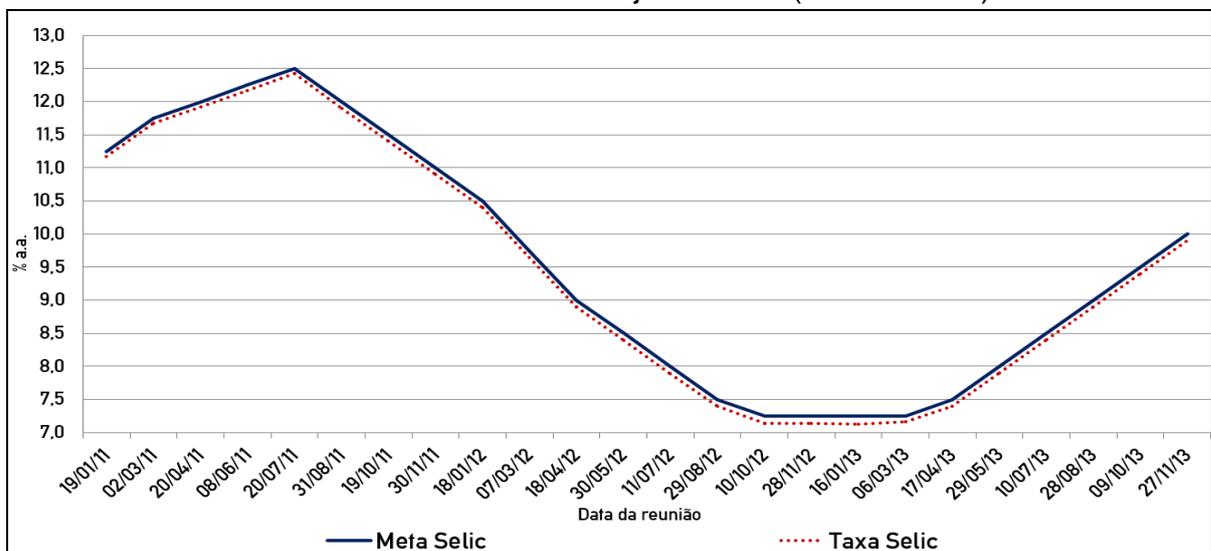
Gráfico 36 – Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) – média mensal (2011 a 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

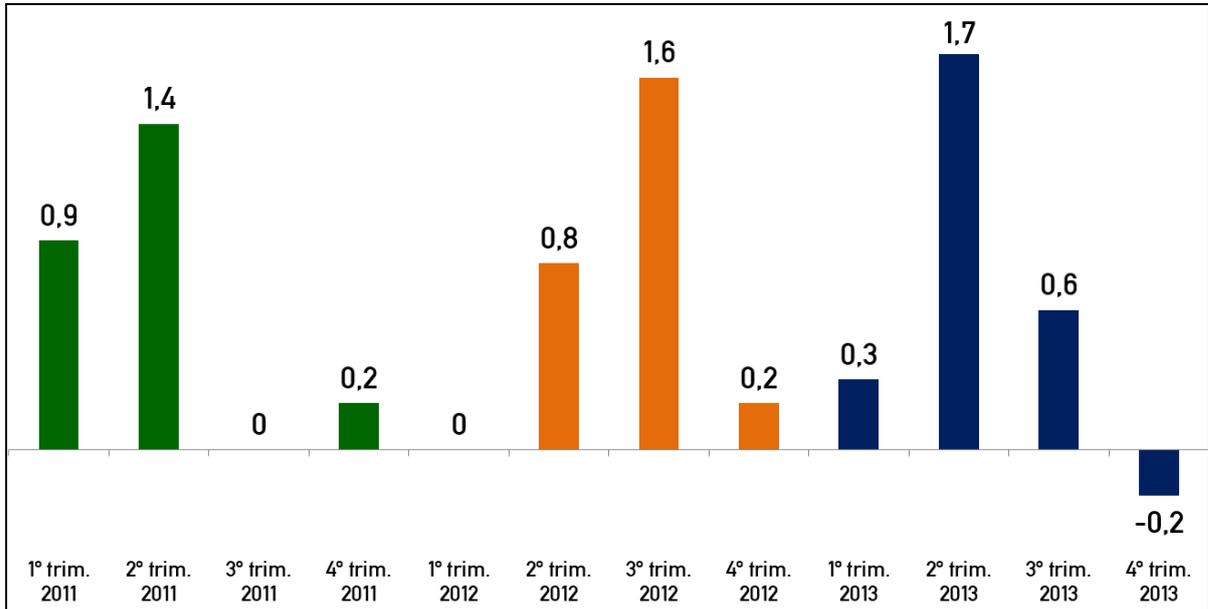
A meta Selic oscilou entre 2011 e 2013, com a maior meta em julho de 2011, de 12,5% ao ano (vide gráfico 37, abaixo), seguida por uma trajetória decrescente até outubro de 2012. A partir de março de 2012, a meta Selic apresentou números inferiores a 10% ao ano, com menor índice registrado em outubro de 2012 (7,25% ao ano), seguida por uma trajetória crescente até o final do ano, atingindo a taxa de 10% ao ano em dezembro de 2013.

Gráfico 37 – Meta e taxa de juros Selic (2011 a 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016b).

Gráfico 38 – Variação do PIB (%) em relação ao trimestre anterior (2011 a 2013)

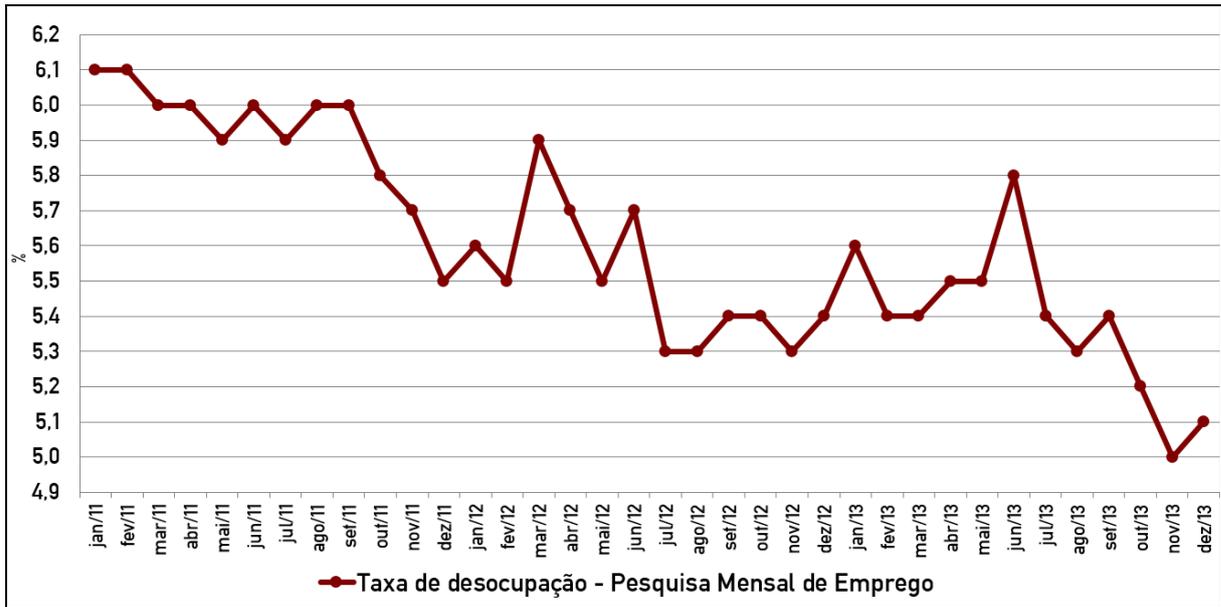


Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

No que diz respeito à variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 2011 e 2013 (gráfico 38), o crescimento do PIB foi positivo em quase todos os trimestres, exceto no quarto trimestre de 2013, com queda de 0,2% em relação ao terceiro trimestre de 2013. A maior variação trimestral do PIB foi registrada no segundo trimestre de 2013, com crescimento de 1,7% em relação ao primeiro trimestre daquele ano. No terceiro trimestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012 a variação do PIB em relação ao trimestre anterior foi nula.

Entre 2011 e 2013, a taxa de desocupação mensal calculada pela PME (gráfico 39, a seguir) apresentou trajetória de queda, sobretudo no final de 2013. Obteve o menor índice em novembro de 2013 (5%) e o maior índice em janeiro e fevereiro de 2011 (6,1%). O ano de 2013 encerrou com a taxa estimada em 5,1% em dezembro daquele ano.

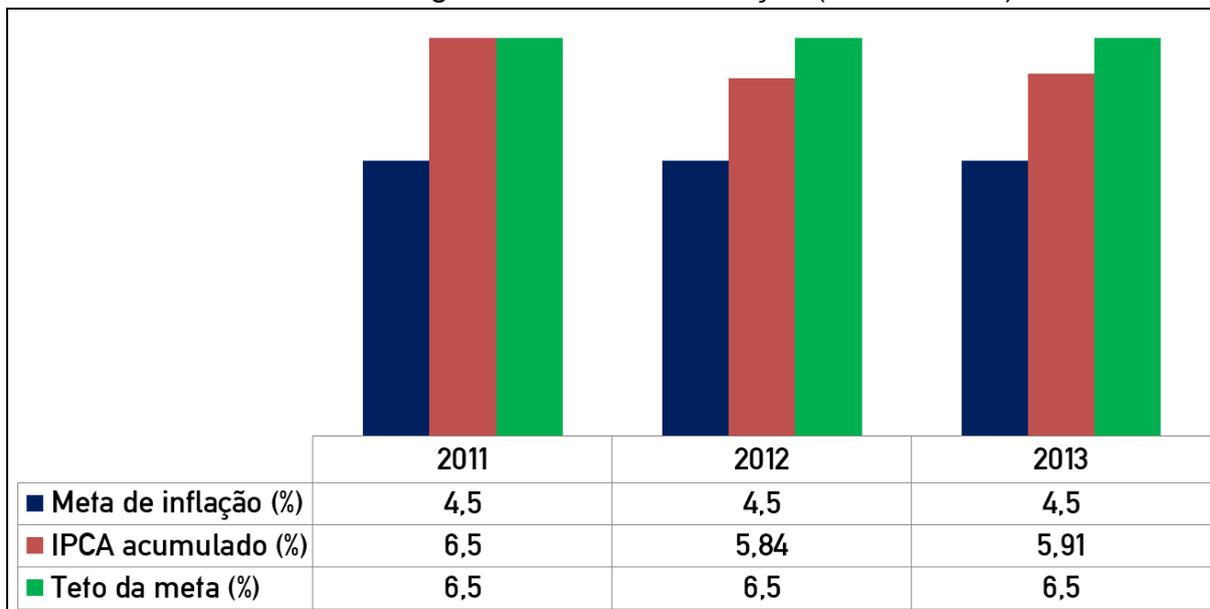
Gráfico 39 – Taxa de desocupação (%) - PME (2011 a 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016c).

Em relação ao regime de metas para a inflação (gráfico 40, abaixo), o IPCA acumulado foi idêntico ao teto da meta em 2011. Em 2012 e em 2013, a inflação esteve entre a meta e o teto da meta estipulada.

Gráfico 40 – Regime de metas de inflação (2011 a 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (2016c).

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff iniciou em 1º de janeiro de 2011 e encerrou em 31 de dezembro de 2014. Dilma herdou um país com índices econômicos favoráveis, somada à popularidade do antecessor Lula. O cenário começou a mudar quando, em 2012, o então ministro Guido Mantega (Fazenda) anunciou a chamada “Nova Matriz Econômica”, com viés expansionista, cujo objetivo era “a colocação das taxas de juros em níveis normais para uma economia sólida e com baixo risco” (MANTEGA, 2012).

Com a “Nova Matriz Econômica” em vigor, a taxa de juros diminuiu para 7,25% ao ano em outubro de 2012, porém este período de juros de um dígito durou pouco. O ano de 2013 terminou com a meta Selic estipulada em 10%. Com a mudança na taxa de juros, a cotação do dólar entrou em trajetória crescente e terminou o ano de 2013 na faixa dos R\$ 2,40. As manifestações pela melhoria dos serviços públicos, ocorridas em 2013, afetaram consideravelmente a popularidade de Dilma Rousseff, que só foi recuperada durante a eleição do ano seguinte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dados deste trabalho, pode-se inferir que a situação da economia durante o ano eleitoral e os anos anteriores ao pleito influi diretamente sobre o resultado da eleição. As eleições presidenciais de 1998, 2006 e 2010 ocorreram em momentos favoráveis para a economia brasileira e os governantes mantiveram seu grupo político no poder. Em 2002, com um cenário complexo da economia, o presidente da República não logrou êxito para eleger o sucessor.

Durante a eleição de 1998, o cenário econômico era de estabilidade. A taxa de câmbio estava com o dólar desvalorizado, principalmente devido à consolidação do Plano Real. O dólar variou menos de 10 centavos de real, chegando o singelo pico de R\$ 1,21. A redução da taxa de juros ainda era um tabu para ser quebrado, porém diminuiu consideravelmente durante o ano. A taxa de desemprego diminuiu durante o período eleitoral até o final do ano, atingindo 6,32% em dezembro. Não houve recessão técnica em 1998. O cenário positivo da política econômica foi determinante para Fernando Henrique Cardoso impedir o avanço de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas e lograr sua reeleição em primeiro turno.

No segundo mandato de FHC, a mudança da âncora cambial para o câmbio flutuante acarretou na valorização do dólar no início de 1999, que chegou próximo a R\$ 2,80, seguida pelo aumento da taxa de juros e dos preços, o que levou à frustração por parte dos eleitores e na consequente queda da aprovação popular de Fernando Henrique. Devido ao PIB negativo em dois trimestres consecutivos, o Brasil entrou em recessão técnica no primeiro trimestre de 1999 e no terceiro trimestre de 2001. A taxa de desemprego diminuiu consideravelmente entre 1999 e final de 2000, quando chegou a menos de 5%, porém voltou a crescer no ano seguinte.

A eleição presidencial de 2002 se distingue de todas as demais que foram analisadas neste trabalho, pois representou uma mudança de polo partidário. Foi marcada pelo cenário negativo em praticamente todas as variáveis econômicas analisadas. A taxa de desemprego chegou a 12% no início de 2002. O dólar quase atingiu a casa dos 4 reais, além do aumento da taxa de juros e dos preços na segunda metade do ano. Muito se deve à desconfiança do mercado financeiro com a

candidatura de Lula. A degradação da economia refletiu-se nas urnas, pois Fernando Henrique Cardoso não conseguiu eleger seu candidato à sucessão.

Lula iniciou o governo em 2003 herdando a situação econômica recebida do antecessor. Devido à instabilidade econômica no início do mandato, o Brasil entrou em recessão técnica no segundo trimestre de 2003. A *Carta ao Povo Brasileiro* foi o primeiro passo que Lula, ainda candidato, teve para buscar uma aproximação com o mercado. A equipe econômica formada principalmente por Antônio Palocci e Henrique Meirelles consolidou esta aproximação. Tendo a confiança do mercado, a taxa de câmbio, a taxa de juros, o índice de desemprego e a variação dos preços passou a ter trajetória decrescente a partir de 2003, no qual o cenário positivo da economia impediu que o chamado *Escândalo do Mensalão* comprometesse a reeleição de Lula em 2006. O dólar terminou o ano de 2005 na casa de R\$ 2,20. A taxa de desemprego diminuiu consideravelmente a partir do final de 2003, tendo ficado abaixo de 10% a partir de 2005. Entre 2003 e 2005, a variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior foi positiva na maioria dos trimestres.

Devido à implantação de programas sociais, Lula teve o mérito de fidelizar o apoio do eleitorado de baixa renda, que não votou nele em eleições anteriores, além de ter mantido uma boa relação com os setores produtivos da economia. Diferentemente do antecessor, Lula conseguiu fazer um segundo mandato com mais popularidade do que o primeiro. A taxa de desemprego em 2006 manteve-se estável, no qual iniciou e encerrou o ano em 9,7%, com pico de 10,7%. A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior em 2006 apresentou resultados positivos em todos os trimestres e a taxa de juros caiu à casa de um dígito.

Durante o segundo mandato de Lula, a variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 2007 e 2009 foi positiva em quase todos os trimestres até o quarto trimestre de 2008, quando foi registrada uma queda de mais de 4% em relação ao trimestre anterior, em decorrência da crise que afetou a economia internacional entre 2008 e 2009, o que levou o país a um cenário de recessão técnica no primeiro trimestre de 2009. A taxa de desemprego caiu consideravelmente na metade de 2008, chegando ao patamar de 7% em maio e agosto daquele ano. Entre 2007 e 2009, o dólar chegou a ser cotado em R\$ 1,60 e a inflação esteve menor que o teto da meta estipulada.

Na eleição presidencial de 2010, o cenário econômico foi predominantemente melhor do que no pleito de 2006. O dólar chegou ao patamar de R\$ 1,65 após o

resultado da eleição e a variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior foi positiva em todos os trimestres. A taxa de desemprego em 2010, que já era baixa se comparada com outros anos eleitorais analisados, diminuiu ainda mais durante a eleição e manteve-se estável até o final do ano em 6,2%. O ex-presidente Lula estava no auge de sua popularidade e escolheu um nome de fora da política tradicional para disputar sua sucessão. Lula, mais uma vez, conseguiu ter incentivos para forçar uma política econômica favorável aos objetivos eleitorais do seu partido.

Dilma Rousseff, no primeiro mandato, herdou um país com índices econômicos favoráveis, somada à popularidade do antecessor. A cotação do dólar nos primeiros meses de 2011 estava abaixo de R\$ 1,60. A variação trimestral do PIB em relação ao trimestre anterior entre 2011 e 2013 foi positivo em quase todos os trimestres. O cenário começou a mudar quando Guido Mantega, então ministro da Fazenda, anunciou em 2012 a chamada “Nova Matriz Econômica”. Com a guinada expansionista da política econômica, a meta Selic foi reduzida para 7,25% ao ano em outubro de 2012, porém este período de juros baixos durou pouco. O ano de 2013 terminou com a meta Selic estipulada em 10%. Após a mudança na taxa de juros, o dólar valorizou-se e terminou o ano de 2013 na faixa dos R\$ 2,40. A piora da economia confirmou-se nos anos seguintes.

O impacto da economia é sentido no bolso e na qualidade de vida. Quando o cenário econômico é negativo, logo perde-se confiança. Os investidores deixam de investir no país, os consumidores deixam de gastar e, com a economia degradada, o governante perde credibilidade. A conjunção destes fatores leva à impopularidade do governo e à consequente fragilidade do seu grupo político, principalmente quando a crise se agrava no ano eleitoral. Foi o que se observou na eleição de 2002 e em distintos momentos da economia brasileira não analisados neste trabalho.

Em relação aos períodos analisados, vale ressaltar que a eleição do ano de 1994 ocorreu em um momento de transição de políticas econômicas. Todavia, as eleições presidenciais de 1998 a 2010 foram notabilizadas pela relativa estabilidade da economia, salvo turbulências como as ocorridas do final de 2002. Por isso, optou-se por abordar o período entre 1998 e 2013. A eleição de 2014 não foi abordada neste trabalho por ser recente, além de necessitar um tempo razoável para analisar com precisão os impactos e as consequências que o segundo mandato da chapa Dilma Rousseff/Michel Temer causou, está causando – e ainda causará – para a economia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABENSUR, Themis C.; CRIBARI-NETO, Francisco; MENEZES, Tatiane A. Impactos do programa Bolsa Família nos resultados das eleições presidenciais no Brasil em 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., Recife, 2007. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A051.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- BADANI, Paulo R. C. **A taxa de câmbio real de equilíbrio no Brasil, 1994-2002.** 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BALBINOTTO-NETO, Giacomio. **Teoria dos Ciclos Político-Econômicos.** Notas de aula. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02237/teoria-ciclos-politico-economicos.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de câmbio.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?TAXCAMFAQ>> Acesso em: 21 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%2010-regime%20de%20metas%20para%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20brasil.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas de inflação.** Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SISMETAS>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico da taxa de juros.** Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais.** Brasília, 2016c. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic (Conceito).** Brasília, 2016d. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/selic/conceito_taxaselic.asp> Acesso em: 21 mar. 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic (Metodologia de cálculo).** Brasília, 2016e. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/selic/metodologiacalculo_taxaselic.asp> Acesso em: 21 mar. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. A economia brasileira às vésperas das eleições presidenciais de 2002. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 79-102, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O governo Dilma frente ao 'tripé macroeconômico' e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 95, p. 5-14, 2013.

BRITTO, Rebeca M. **A ocorrência de ciclos político-econômicos nas eleições presidenciais brasileiras de 2006, 2010 e 2014**. 2014. x, 51 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CAGNIN, Rafael F.; et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 169-185, 2013.

CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., Salvador, 2009. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2009. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C8233260A2EB801262287252E2CAB>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

FERREIRA-NETO, José; FONTES, Rosa; LIMA, João E. Teoria dos ciclos político-econômicos: um estudo empírico para Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., Cuiabá, 2004. **Anais...** Viçosa: UFV, 2004. v. 42.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 213-218, 2007.

INFOMONEY. **CDI: entenda melhor sua importância no mercado de renda fixa**. São Paulo, 02 fev. 2006. <<http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/443907/cdi-entenda-melhor-sua-importancia-mercado-renda-fixa>> Acesso em: 21 mar. 2016.

INFOMONEY. **Entenda o que é e como a Selic afeta a economia brasileira e o seu bolso**. São Paulo, 18 jul. 2007. <<http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/443907/cdi-entenda-melhor-sua-importancia-mercado-renda-fixa>> Acesso em: 21 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**: tabelas completas. Brasília, 2016a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Cmpl_CNT.zip>. Acesso em: 21 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília, 2016c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MANTEGA, Guido. **O primeiro ano da nova matriz econômica**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica-por-mantega>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

NERI, Marcelo; CAREGA, Fabrizio. Eleições, Desemprego e Inflação: O Ciclo Político de Negócios na Nova Democracia. In: FONTES, R.; ARBEX, M. A. **Desemprego e Mercado de Trabalho**. Viçosa: UFV, 2000. p. 313-343.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 195-217, 2003.

PAULA, Nice de. País tem diferentes formas para calcular a taxa de desemprego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 2014. <<http://oglobo.globo.com/economia/pais-tem-diferentes-formas-para-calcular-taxa-de-desemprego-13977206>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RENNÓ, Lucio; SPANAKOS, Anthony P. Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 11-40, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n1/a02v49n1.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SALVATO, Márcio et al. Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. **Revista de Economia e Administração**, p. 1-20, 2007.

SAMUELS, David. A economia política da reforma macroeconômica no Brasil, 1995-2002. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 805-835., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a06v46n4.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SETTI, Renan. Em 2002, dólar chegou a R\$ 3,99. **O Globo**, São Paulo, 30 set. 2014. <<http://oglobo.globo.com/economia/em-2002-dolar-chegou-r-399-14088329>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SICSÚ, João. Flutuação cambial e taxa de juros no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 132-137, jul./set. 2002.

SOARES, Fernando A. R. **A administração da Taxa de Câmbio no Plano Real e os fundamentos econômicos brasileiros**. 2006. 187 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2006.

TEIXEIRA, Felipe W. **Os condicionantes da desvalorização do Real em 2002 sob o enfoque das teorias de crises cambiais**. 2006. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TEIXEIRA, Rodrigo A.; PINTO, Eduardo C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n.spe, p. 909-941, 2012.

TONETO, Rudinei et al. J. **Estudos sobre a Taxa de Câmbio no Brasil**. Relatório Final apresentado ao DEPECON-FIESP, Ribeirão Preto, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Eleições 1998**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/eleicoes-1998>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Eleições 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/eleicoes-2002>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Eleições 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/eleicoes-2006>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Eleições 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>>. Acesso em: 5 mar. 2016.